



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

## **PROJETO BÁSICO Nº 10/2023 - PRES/DG/SAOFC/ASSENGE**

### **1. INTRODUÇÃO**

**1.1.** Este projeto básico está elaborado em conformidade à legislação aplicável, com destaque aos artigos 6º, inciso IX; 7º; 22, inciso I e §1º e 23, inciso I, alínea "c", todos da Lei n. 8.666/93 e às regras da Instrução Normativa TRE-RO n. 004, de 30 de outubro de 2008. Contém os elementos necessários e suficientes à contratação, por meio da modalidade licitatória da concorrência pública, de pessoa jurídica especializada em execução de obras e serviços de engenharia.

**1.2.** Este Projeto Básico observa ainda:

I - no que for aplicável, a Política de Governança das contratações no âmbito da Justiça Eleitoral disciplinadas pela Resolução TSE n. 23.702, de 09 de junho de 2022, as regras contidas nas Resoluções do CNJ n. 114, de 20 de abril de 2010 e n. 347, de 13 de outubro de 2020:

II - as diversas legislações, normas e regulamentos nele expressamente referidos, ou delas decorrentes;

III - as decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU.

**1.3.** Com relação ao planejamento e à objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, este Projeto Básico detalha os serviços que compõem a obra de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

### **2. DO OBJETO**

**2.1.** Contratação de pessoa jurídica especializada para **executar serviços de engenharia consistentes em terraplanagem, drenagem e pavimentação no terreno da nova sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e Fórum Eleitoral, na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia,** de acordo com os Projetos



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Executivos (**Anexo I - Evento 1003635**), cadernos de encargos, especificações técnicas, memoriais descritivos e demais Anexos deste Projeto Básico, todos disponíveis:

I - No sítio eletrônico da internet <https://www.gov.br/compras/pt-br> (UASG 070024);

II - No sítio eletrônico da internet <https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes/licitacoes-2023/pregoes-eletronicos>, ou, ainda,

III - Mediante solicitação formal pelo e-mail [licitacao@tre-ro.jus.br](mailto:licitacao@tre-ro.jus.br);

IV - Na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, no seguinte endereço: Av. Presidente Dutra, n. 1889, Bairro Baixa da União, CEP 76805-901, devendo o interessado fornecer um *pen drive* ou *CD* com capacidade mínima para a cópia dos arquivos. A visita para retirada dos arquivos poderá ser agendada pelos telefones: (69) 3211 2082 ou ainda pelo e-mail: [licitacao@tre-ro.jus.br](mailto:licitacao@tre-ro.jus.br).

### **2.1.1. NOTA IMPORTANTE SOBRE OS PROJETOS EXECUTIVOS:**

O conjunto completo dos **projetos de engenharia em plataforma BIM** (*Building Information Modelling* (BIM)), foram contratados pelo **TRE-RO** com a empresa **FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.**, que tem sede em Brasília/DF, materializada no instrumento do Contrato Administrativo n. 027/2017, celebrado em 29/12/2017 (0254602), que tramita no PSEI n. 0002397-77.2017.6.22.8000.

Estes projetos de todo complexo de Edifícios foram elaborados com o objetivo de obter a **certificação LEED Silver** (*Leadership in Energy and Environmental Design*, em português: Liderança em Energia e Design Ambiental) e **ENSI-Classe "A" do Programa PROCEL**, cuja determinação está inserida no rol de documentos obrigatórios da empresa **FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.**, na forma da Cláusula Segunda, item B, 5 do Contrato Administrativo n. 027/2017 (Evento 0254602).

**Tal condição deve ser mantida e obedecida pela futura contratada para execução parcial da obra e atender aos serviços de terraplanagem, drenagem e pavimentação, de modo a garantir que tais certificações sejam alcançadas na execução dos serviços e na finalização da obra por completo, conforme subitem 2.3.3.**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### 2.2. Endereço da execução das obras:

<b>LOCALIZAÇÃO DO TERRENO QUE RECEBERÁ A OBRA</b>	<b>TIPO DE OBRA</b>
Av. Lauro Sodré n. 2.661, Bairro São Sebastião, Porto Velho, Estado de Rondônia, CEP n. 76.803-490.	CONSTRUÇÃO

### 2.3. DO DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS:

Consiste na execução de todas as atividades inerentes à terraplanagem, drenagem e pavimentação para a execução da construção (OBRA DE ENGENHARIA) de edificação administrativa, que é constituída pelos: Edifício Sede, Fórum Eleitoral da Capital, e anexos, de acordo com o Projeto Executivo, que totalizará uma área construída de mais de 20.000 m<sup>2</sup> (vinte mil).

#### 2.3.1. Aspectos gerais relacionados à execução dos serviços:

I - Os serviços demandados se enquadram na definição de execução de obra, sob a modalidade de construção, conforme **Orientação Técnica n. 002/2009**, do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas, disponível em: <https://www.ibraop.org.br>, adiante reproduzida:

**Obra de engenharia** é a ação de construir, reformar, fabricar, recuperar ou ampliar um bem, na qual seja necessária a utilização de conhecimentos técnicos específicos envolvendo a participação de profissionais habilitados conforme o disposto na Lei Federal n.º 5.194/66.

Para efeito desta Orientação Técnica, conceitua-se:  
3.1 - Ampliar: produzir aumento na área construída de uma edificação ou de quaisquer dimensões de uma obra que já exista.

**3.2 - Construir: consiste no ato de executar ou edificar uma obra nova.**

3.3 - Fabricar: produzir ou transformar bens de consumo ou de produção através de processos industriais ou de manufatura.

3.4 - Recuperar: tem o sentido de restaurar, de fazer com que a obra retome suas características anteriores abrangendo um conjunto de serviços.

3.5 - Reformar: consiste em alterar as características de partes de uma obra ou de seu todo, desde que mantendo as características de volume ou área sem acréscimos e a função de sua utilização atual.

(...)

#### 5. LISTA EXEMPLIFICATIVA DE OBRAS DE ENGENHARIA

As atividades relacionadas a seguir atendem à definição estabelecida no item 3 desta Orientação Técnica, sendo que aquelas não incluídas na listagem deverão ser estudadas em particular:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **5.1. Construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação de:**

Edificações; **Vias Públicas; Rodovias;** Ferrovias; Aeroportos; Portos; Hidrovias; Canais; Usinas hidrelétricas, termelétricas, eólicas e nucleares; Barragens; Açudes; Gasodutos e oleodutos; Pontes e Viadutos; Túneis; Galerias; Adutoras, estações de tratamento e redes de distribuição de água; Obras de saneamento, **drenagem** e irrigação; Linhas de transmissão, redes de distribuição e subestações de energia elétrica; Muros de arrimo e obras de contenção; Refinarias, plataformas de prospecção e exploração de petróleo; Recuperação ou ampliação, por meio de dragagem, de canal de aproximação em Portos; Sistemas de tratamento de resíduos sólidos, incluindo aterros sanitários e usinas de compostagem.

II - A execução dos serviços objeto desta contratação deverá ser realizada, **em regra**, diretamente pela contratada, por intermédio de equipe técnica composta por profissionais com formações técnicas adequadas e experiências anteriores na execução de serviços técnicos semelhantes, observadas rigorosamente as especificações, prazos e condições contidas nos projetos técnicos (e documentos de especificações), como também todas demais condições e encargos de contratação fixadas no Projeto Básico e Executivo, as normas técnicas da ABNT, as normas regulamentares de segurança e saúde no trabalho, entre outras;

III - Integra o escopo das obrigações contratuais o fornecimento de todo o pessoal que atuará na prestação dos serviços iniciais e anteriores à etapa de execução de construção do complexo de edifícios do TRE/RO, bem como dos equipamentos e materiais especificados nos projetos técnicos, memorial descritivo e caderno de encargos necessários ;

IV - O escopo contratual será composto também pela obrigação de fornecimento do todo ferramental e demais equipamentos de infraestrutura para execução dos serviços, dos equipamentos de segurança do trabalho, fardamentos, alimentação e encargos da mão de obra, nos termos da legislação;

V - Durante a execução dos serviços a contratada deverá manter toda a equipe técnica indicada no certame licitatório. Na ocorrência de eventuais pedidos de substituição de algum responsável técnico, os substituto deverá comprovar, no mínimo, qualificações técnicas equivalentes às exigidas neste projeto básico;

VI - A contratada deverá dar cumprimento rigoroso aos programas vigentes que tratam da saúde e segurança do trabalhador e o meio ambiente do trabalho para atendimento das normas de Segurança e Saúde do Trabalho;

VII - A contratada deverá dar cumprimento rigoroso às exigências de sustentabilidade ambiental, econômica e social e de acessibilidade definidas neste projeto básico;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VIII - As partes deverão pactuar canais de comunicação oficiais para fins de comunicações formais durante a execução da futura contratação, bem como para solicitação de serviços, sobretudo aquelas classificadas como de prioridade URGENTE;

IX - Os locais de execução dos serviços deverão ser devidamente protegidos por meio de equipamentos de proteção coletivos necessários e adequados para cada tipo de serviços, nos termos da legislação e das NR's vigentes, tais como sirenes de aviso, placas de alerta, grades de contenção, cones e fitas que limitam espaços, entre outros itens.

### **2.3.2. Especificações técnicas e Critérios de medição - Caderno de Especificações Técnicas - CET:**

#### **2.3.2.1. Especificações técnicas**

O Caderno de Especificações Técnicas, **ANEXO I (Evento [1003635](#))** deste projeto básico tem por objetivo apresentar as especificações dos materiais e serviços de arquitetura e urbanismo e de engenharia para a execução de todas as atividades inerentes à terraplanagem, drenagem e pavimentação, inclusive com todos os elementos para a execução da construção (OBRA DE ENGENHARIA) de edificação administrativa consistente no novo edifício sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e do Fórum Eleitoral da Capital, na cidade de Porto Velho/RO, que podem subsidiar a visão do todo da obra.

O Caderno contém um conjunto de definições e determinações elaboradas para esta etapa da obra, contendo normas, caracterização técnica, especificações de serviços/materiais, memoriais descritivos, procedimentos de execução, fabricantes, condições de fornecimento e aplicação dos materiais e equipamentos especificados.

No Caderno de Especificações estão estabelecidas as normas gerais, métodos de execução, as características básicas de materiais e equipamentos e os procedimentos executivos de cada tipo de serviço. O conteúdo do Caderno de Especificações Técnicas - CET deve ser entendido como complementar aos desenhos dos projetos executivos e a estas especificações técnicas, que são documentos específicos para a devida execução das obras da construção do novo edifício sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e do Fórum Eleitoral da Capital.

A inserção de todos os projetos e especificações de toda a obra tem por objetivo possibilitar ao licitante a visão do conjunto da obra, pois a etapa de terraplenagem, drenagem e pavimentação é a parte inicial da



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

obra; tratando-se da preparação das etapas futuras de construção das edificações.

### **2.3.2.2. Critérios de medição:**

a) A aferição dos serviços executados e seus quantitativos, bem como a apuração de valores para fins de pagamento, será realizada através da medição dos serviços, com base nos critérios definidos no **Caderno de Encargos**.

b) A planilha de medição será montada com base no Cronograma Físico-Financeiro e na estrutura analítica do projeto apresentada e aprovada pela Comissão de Fiscalização.

c) Ao completar 30 (trinta) dias de execução dos serviços será executada a primeira medição, e assim sucessivamente até o término da obra, devendo a contratada apresentar, via correio eletrônico, sua proposta de medição de serviços através de planilhas, acompanhada necessariamente, de memória de cálculo que aponte os locais dos serviços para melhor compreensão das quantidades apontadas em planilha.

d) O item/ etapa a ser medido(a) deverá estar em conformidade com o Cronograma, não sendo permitido a antecipação de um serviço que possa interferir em atividade subsequente ou mesmo resultar em retrabalho do serviço.

e) A aferição da periodicidade do cronograma será feito em conformidade com os itens concluídos e contidos nas etapas mensais, conforme o regime de contratação.

f) A contratada deverá apontar em planilhas de medição os serviços (material e mão-de-obra) efetivamente concluídos até a data da medição, não serão aprovadas pela Comissão de Fiscalização serviços executados de forma incompleta, tampouco alegação de material simplesmente adquirido por meio de Nota Fiscal ou posto em obra.

g) Somente após o ateste da Comissão de Fiscalização, poderá a contratada emitir a Nota Fiscal, que deverá ser acompanhada, além da planilha de medição de serviço e memória de cálculo, dos demais documentos de regularidade fiscal e trabalhista.

### **2.3.3. Obrigações relacionadas à obtenção de certificação LEED Silver para a execução da obra:**





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

As obrigações decorrentes da obtenção de **Certificação LEED, categoria SILVER** (*Leadership in Energy and Environmental Design* - Liderança em Energia e Design Ambiental) devem ser obedecidas, pois durante a execução dos serviços de engenharia em destaque, a empresa a ser contratada deverá atentar que seus procedimentos de execução dos serviços estejam em estrito cumprimento às orientações estabelecidas pelas entidades certificadoras, com o fito do TRE/ RO obter a certificação de construção com os parâmetros do LEED e PROCEL. As referidas certificações serão expedidas pela entidade GBC Brasil - *Green Building Council* Brasil e pela PROCEL, os requerimentos e aprovações prévias estão disponibilizados através do ANEXO I (Evento [0976772](#)).

As obrigações definidas pelas certificadoras estão indicadas no requerimento da LEED de indicativo de serviços, que é denominado **OPR - Requerimento de Projeto do Proprietário** e seus anexos, assim como a Etiqueta PROCEL e seus documentos correlatos à certificação. Informa-se ainda que, o empreendimento terá uma fiscalização direta de Agentes Comissionadores da GBC Brasil e do PROCEL para atuarem na verificação do cumprimento das obrigações de projeto e da conduta da construtora na execução dos serviços.

### **3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

#### **3.1. Dos Estudos Técnicos Preliminares:**

As justificativas para a pretensa contratação estão elencadas no **Estudo Técnico Preliminar** ([1003890](#)), no qual são abordadas de forma ampla e vasta a fim de esclarecer a necessidade de construir uma nova sede para o TRE/RO, Fórum Eleitoral e seus Anexos.

Entretanto, em que pese o esforço das unidades envolvidas para contratar o objeto da Concorrência n. 01/2023, o procedimento administrativo restou como DESERTO, ou seja, ausência de interessados na contratação com este Regional.

Frente a isto, após a unidade técnica buscou entender com o mercado as possíveis causas do referido resultado, foram constatados alguns fatores de âmbito técnico e econômico que limitaram a ampla competição, tais como, exigência de acervo técnico para os profissionais e atestados para as empresas em BIM, conforme Manifestação nº 13/2023 - PRES/DG/SAOFC/ASSENGE ([1002946](#)), além disso, o valor total da obra



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

perante o cenário econômico e oscilação dos preços devido a pandemia causaram insegurança nas empresas em investir neste empreendimento.

Assim, considerando o orçamento disponibilizado para a obra, bem como o objetivo de ampliar a competição e obter preços vantajosos à Administração Pública, pretende-se parcelar o objeto em etapas adequadas e atrativas para o cenário econômico atual da construção civil no Estado de Rondônia e no Brasil.

### **3.2. Justificativas técnicas e econômicas da escolha do tipo de solução:**

Resgata-se dos estudos técnicos preliminares, parcialmente reproduzidas no item 3.2 desse capítulo, apenas o cerne das **justificativas técnicas**, centradas no fato de que as atuais instalações do edifício sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e dos cartórios das 5 zonas eleitorais das Capital, mostram-se inadequadas sob a perspectiva de funcionalidade, segurança plena e, ainda, por razões de racionalidade e economicidade. Por sua vez, a nova sede contará com a **Certificação Verde de Alto Nível e padrão internacional LEED** (*Leadership in Energy and Environmental Design* - Liderança em Energia e Design ambiental) com adoção de políticas de sustentabilidade, sendo que os projetos apresentam dispositivos para o aproveitamento de água de chuvas, energia limpa por meio de geração de energia solar.

A sustentabilidade se fará presente desde esta etapa até a construção dos prédios e suas respectivas entregas, o uso das edificações contarão ainda, com o **monitoramento remoto total de todas as instalações** elétricas, vigilância, refrigeração e outros sistemas, por meio do qual será possibilitada a aferição da economicidade e segurança de funcionamento predial, concomitantemente às soluções que contemplam a sustentabilidade de redução de poluentes e de tratamento de resíduos. Além disso, durante a construção da obra serão exigidas da contratada práticas e critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, além de cumprimento de regras de acessibilidade como forma de elidir ou minimizar os impactos do empreendimento.

Quanto às **justificativas econômicas** que lastreiam a solução - afastadas as demais que foram analisadas no item 7.1 do ETP - elas se deram em função da modelagem adotada para o dimensionamento temporal da construção dos edifícios no período de 60 (sessenta) meses. No entanto considerando o exposto no item 3.1 deste PB, para a realização dos serviços de terraplanagem, drenagem e pavimentação continuar em





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

harmonia com a equação orçamentária que decorre de descentralização orçamentária do Tribunal Superior Eleitoral - TSE para este Regional, de forma proporcional ao tempo e valor referente a obra. Veja-se:

2023	2024	2025	2026	2027
11.000.000,00	13.000.000,00	17.000.000,00	45.000.000,00	44.000.000,00

Por fim, considerando a necessidade de parcelamento do objeto que restou DESERTO, foram selecionados os serviços de terraplanagem, drenagem e pavimentação como etapa do parcelamento de modo que terá um prazo de execução de 12 meses, em conformidade com o planejamento orçamentário acima.

### **4. DA SOLUÇÃO**

#### **4.1. Desenvolvimento da solução escolhida:**

De acordo com os registros contidos nos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, (**Evento [1003890](#)**) deste projeto básico, a solução consiste na, essência, na contratação de Pessoa Jurídica especializada na execução de serviços de engenharia de terraplanagem, drenagem e pavimentação no terreno da nova **Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e do novo Fórum Eleitoral da Capital**, incluindo todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra, necessários à execução da referida etapa da obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste projeto básico e seus anexos.

Face a impossibilidade legal e material da Administração demandante executar, ela própria, a obra - ou mesmo por meio de outro ente da Administração Pública, situação não prevista na legislação - não resta outra alternativa senão adotar o certame licitatório na modalidade de **concorrência do tipo menor preço** (artigos 10, II, "a"; 22, I; art. 23, I e art. 45, § 1º, I, todos da L. 8.666/93) para a contratação empresa especializada de engenharia para o atendimento integral da demanda.

#### **4.2. Do PARCELAMENTO da solução:**

Em que pese a Comissão de Planejamento da Contratação manifestar-se inicialmente pelo não parcelamento, conforme destaque abaixo

..... entendeu que os serviços objeto da contratação, bem como os insumos que ele



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

compreende, são correlatos e devem ser geridos e executados pela mesma empresa, além de de ser feitos em único lote, visto que o parcelamento do objeto possibilita conflito técnicos na interrelação entre diferentes instalações, limitação da área disponível para canteiro de obra, controle de acesso e patrimonial de diferentes contratados, risco de atrasos de etapas sucessoras em razão de atrasos predecessoras, conflito de identificação de responsabilidade de garantias, acréscimo de custo de administração local, realizar e gerenciar diferentes contratos com a limitação de pessoal para isso, entre outros fatores.

Dessa forma, **optou pelo não parcelamento da contratação**. Até porque os serviços deixariam de apresentar padrão de qualidade uniforme - isso no mínimo, porque no limite poderia mesmo inviabilizar a compatibilidade entre as partes que contêm o todo da obra. Essa preocupação ficou ainda mais destacada quando sabido que os projetos de engenharia foram formatados em **Plataforma BIM** (*Building Information Modeling*, em português, Modelagem da Informação da Construção), exigindo também total compatibilidade na execução das diversas estruturas que integram a obra.

A licitação para a contratação de que trata o objeto deste projeto básico, no regime de empreitada por preço global, na forma aqui modelada permitirá à Administração maior economia com o ganho de escala, haja vista que os licitantes poderão vir a ofertar preços mais competitivos, sem restringir a competitividade do certame da concorrência.

Embora conste no **ETP - Estudo Técnico Preliminar** (Evento [0944040](#)) que seriam construídos todos os itens do Complexo do TRE-RO, que tinha uma área total de mais de 20.634,00 m<sup>2</sup> e tem-se agora uma área de 17.884 m<sup>2</sup>, devido à necessidade de adequar à disponibilidade orçamentária atual, conforme informação contida no item 3.1, b, III deste PB. Nessa direção, não há prejuízo à contratação e nem à funcionalidade do nova Sede e demais edifícios que a compõe. A futura execução das referidas edificações suprimidas será procedida em outro momento que houver disponibilidade orçamentária.

Os diversos itens de serviços que integram a obra foram agrupados em **lote único** porque acredita-se que a execução conjunta trará significativa redução do preço final obtido no certame, comparando-se com uma modelagem alternativa



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

que preveja a execução descentralizada dos serviços por empresas de engenharia distintas.

Não se pode perder de vista que essa modelagem permitirá à **contratada** **lançar mão da subcontratação** prevista no art. 72 da L. 8.666/93, nos termos e limites definidos no item 10.7 deste projeto básico.

Há ainda um fator que, embora seja na essência de **ordem econômica**, pode influenciar de decisivamente no resultado da contratação e que, em síntese, pode ser resumido na entrega, ao final da obra, de edificações modernas, funcionais, no qual serão empregados diversas tecnologias construtivas, ambientais e sustentáveis, com a observância estrita de toda a legislação aplicável, com custo considerável de recursos públicos para o atendimento do interesse público representado pela prestação de serviços também adequados à sociedade que faz uso dos serviços da Justiça Eleitoral.

Dessa forma, busca-se uma empresa com estrutura material e de pessoal técnico à altura do empreendimento.

Uma rápida pesquisa nos processos de contratações de obras pela Administração Pública, principalmente daqueles com valores mais expressivos, revelará um quadro bastante pessimista. Isso porque são notórios os incidentes de inexecução parcial e total das obrigações assumidas, quase sempre em função da carência de estrutura adequada dessas empresas que, embora vencem os certames licitatórios não conseguem gerir de forma eficaz os empreendimentos.

Assim, o parcelamento da obra em módulos, por exemplo, poderia também afastar grandes empresas do ramo da construção civil e, ao mesmo tempo, atrair apenas empresas que não dispõem de estrutura adequada para sua execução, mesmo que parcial, em função da qualidade que se espera do produto final.

De outra via, o agrupamento dos diversos serviços que compõem a obra poderá permitir a competitividade do certame no segmento especializado da construção civil com efetivas condições potenciais de executar de forma adequada o objeto pretendido pela Administração.

Pode-se acrescentar que os quantitativos agrupados de serviços certamente ampliarão o interesse do mercado.

Por fim, tem-se ainda que a decisão pela **UNICIDADE** **DOS**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**SERVIÇOS** fundamenta-se nas seguintes justificativas:

**Aspectos técnicos:** Todos os serviços se referem a um plano uniforme, composto pelo conjunto de edificações da Justiça Eleitoral no Estado de Rondônia.

Os membros da área técnica que integram a comissão de planejamento entendem que não é recomendável contratar serviços descentralizados de obra pública, situação capaz de produzir **conflitos técnicos** entre os diversos executores dos serviços, podendo levar a administração a lidar com o conhecido "jogo de empurra" no qual um fornecedor sinaliza que os problemas são de responsabilidade do outro e vice e versa.

Além disso, a multiplicidade de contratados executores levaria à imperiosa necessidade de compatibilização e harmonização simultânea entre eles em relação aos prazos das ações, sob pena das intercorrências de uma - atrasos, por exemplo - gerar reflexos negativos sobre outra que deveria ser realizada de forma concomitante ou na sequência da primeira.

Some-se a esses fatores o risco de atrasos parciais dos serviços por distintos fornecedores, os quais poderia resultar também em maiores custos ao Erário e, eventualmente, até na forçosa interrupção de um serviço em andamento e que, no fim, conduz ao atraso no cronograma geral da obra.

**Gestão (coordenação centralizada):** Por experiências já vivenciadas pelos membros da equipe técnica na execução de obras, o papel do coordenador, profissional da empresa contratada, é de fundamental relevância na rotina das atividades e na correta conclusão dos serviços. Assim, a existência de múltiplos coordenadores, de empresas distintas, em um mesmo processo sistêmico de obras contribui negativamente com o bom andamento das atividades, interesses distintos que poderiam também impactar nos prazos de execução dos serviços, além dos aspectos técnicos já citados.

**Economicidade:** A importância da contratação unificada apoia-se ainda na necessidade de garantir a qualidade e conformidade dos serviços por meio de sua execução da obra por uma única empresa.

Quando realizada por mais de uma empresa abrem-se possibilidade de conflitos, principalmente, no relacionamento técnico entre



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

elas e a Administração e na execução dos serviços.

Esse fator expõe a risco a celeridade nas execuções, como já explicitado. Some-se a esses, o fato de que a separação do objeto acarretará elevação dos custos fixos à administração pública, como por exemplo as despesas administrativas das contratadas com a instalação de canteiros, as horas dos profissionais técnicos como engenheiros que acompanham e supervisionam a realização dos serviços e que, caso haja mais de uma contratada envolvida, podem significar duplicidade de custos ao contrato ou dos custos de gestão de mais de um contrato simultaneamente com a mesma finalidade. Estes custos se multiplicam quando sopesamos as horas investidas em duplicidade para eventuais notificações e trâmites processuais.

Ha também outro um fator relevante para a manutenção da execução global da obra.

Dado o valor, complexidade e diversidade de serviços de engenharia que deverão ser executados no decorrer da obra, os valores proporcionais das garantias que serão exigidas das licitantes no certame e da futura contratada, os requisitos de habilitação técnica da empresa e dos profissionais que nela atuarão, esta Comissão decidiu pela possibilidade da **participação de empresas em consórcio**, medida que é recomendada fortemente pelo Tribunal de Contas da União, por exemplo, no **Acórdão TCU n. 310/2004 - Plenário**, como forma de ampliar a competitividade do certame. Para tanto, deverão ser observadas as regras aplicáveis a esse tipo de consórcio definidas no art. 33 da Lei n. 8.666/93, estando suas regras e condições de liderança explicitadas no item 9.3.2 deste projeto básico.

Verificou-se na execução do certame que houve desinteresse por parte da indústria da construção civil na referida contratação, como adiantado no item 3.1. Alguns fatores técnicos e econômicos, na atual realidade do mercado, afastaram a atratividade da contratação, conforme exposto no evento [1002946](#).

Assim, frente a esta realidade de mercado, a Comissão mudou seu entendimento e aceitou o parcelamento do objeto fundamentado na viabilidade técnica que a execução dos serviços iniciais da obra: TERRAPLANAGEM, DRENAGEM e PAVIMENTAÇÃO, não



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

comprometerão a integralização com as demais etapas a serem executadas nas futuras contratações.

Nessa nova modelagem busca-se fomentar a participação no novo certame, visto o desinteresse constatado no último processo de contratação.

Ademais, o objetivo da norma prevista no art. 23, § 1º da Lei 8.666/93 é ampliar a competitividade, sobretudo, porque algumas empresas não têm capacidade ou condições de oferta o objeto integralmente - tal como ocorrido no certame anterior - mas apenas uma parte dele, razão pela qual se opta pelo parcelamento do objeto previsto no ETP.

## **5. DA CONFORMIDADE AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

### **5.1. Plano Obras 2021-2023:**

Trata-se de evento previsto no Plano de Obras 2020-2022, definido pela Resolução TRE-RO n. 4/2021 ([0688044](#)), depois alterado para **Plano de Obras 2021-2023 pela Resolução TRE-RO n. 10/2022** ([0806503](#)), que atualizou a Escala de Priorização de Obras e Valores do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia para o triênio 2021/2023 e no seu Anexo III elencou a priorização da construção do Edifício sede, Fórum Eleitoral, garagem e depósitos, com início no ano de 2023 ([0804685](#)).

### **5.2. Plano Anual de Contratações 2023:**

Constará do PAC 2023 em fase de elaboração no PSEI [0003487-81.2021.6.22.8000](#).

### **5.3. Aderência ao Planejamento Estratégico:**

O objeto deste projeto básico vem ao encontro das premissas do **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2022-2026** do órgão, disponível em: <https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/planejamento-estrategico>:

**MACRODESAFIOS - SOCIEDADE**, no tocante ao *fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade*, a saber:





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Descrição:** Trata-se do estreitamento da relação com a sociedade, para consolidar a atuação do TRE-RO como instituição garantidora dos direitos. Abrange a garantia de satisfação do cidadão, eleitor e jurisdicionado com os serviços prestados e a atuação interinstitucional integrada e sistêmica, com iniciativas para a solução de problemas públicos que envolvam instituições do Estado e a sociedade.

Já em relação aos **PROCESSOS INTERNOS** concretiza a *promoção da sustentabilidade* à medida em que a construção do prédio terá a **certificação LEED** (*Leadership in Energy and Environmental Design* - Liderança em Energia e Design Ambiental), que é um símbolo de excelência que elevar o nível em termos de sustentabilidade para edifícios, que será um *greem building* (edifício verde/sustentável), pelo aperfeiçoamento de ações que estimulam o uso sustentável de recursos naturais e dos bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente por meio de reuso de águas e o aproveitamento da luz natural na iluminação das instalações e geração de energia, contribuindo para o uso apropriado dos recursos finitos, e a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Considerando que o projeto se preocupa com a redução dos impactos de vizinhança, o que inclui o trânsito do entorno, também busca a **promoção da sustentabilidade ambiental e social**.

Promove também a **Transformação digital**, com a modernização das instalações e otimização da infraestrutura tecnológica, que possibilitará a adoção de novas tecnologias, garantindo a convergência tecnológica de sistemas e serviços para aprimorar as ferramentas e processos de trabalho, aumentando a eficiência no atendimento aos cidadãos, eleitor e jurisdicionado.

## **6. DAS PRÁTICAS E CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE E ACESSIBILIDADE**

### **6.1. Das justificativas e da fundamentação da exigência de critérios e práticas de sustentabilidade:**

A Lei de Licitações, com a redação dada pela Lei n. 12.349, de 15 de dezembro de 2010, traz em seu artigo 3º, entre os demais, o Princípio da Promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável.

Por sua vez, o **Decreto Federal n. 7.746, de 5 de junho de 2016** - com a redação do Decreto federal n. 9.178, de 23 de outubro de 2017



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- regulamenta o referido dispositivo para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal.

No tocante à contratação de obras, o referido regulamento estabelece os seguintes comandos:

**Art. 2º** Na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras, a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes adotarão critérios e práticas sustentáveis nos instrumentos convocatórios, observado o disposto neste Decreto.

...

**Art. 4º** Para os fins do disposto no art. 2º, são considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

- I - baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- VII - origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e
- VIII - utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

....

**Art. 6º** As especificações e demais exigências do projeto básico ou executivo para contratação de obras e serviços de engenharia devem ser elaboradas, nos termos do [art. 12 da Lei nº 8.666, de 1993](#), de modo a proporcionar a economia da manutenção e operacionalização da edificação e a redução do consumo de energia e água, por meio de tecnologias, práticas e materiais que reduzam o impacto ambiental.

Por relevante, veja-se a redação citada da Lei n. 8.666/93:

**Art. 12.** Nos projetos básicos e projetos executivos de obras e serviços serão considerados principalmente os seguintes requisitos:

- I - segurança;
- II - funcionalidade e adequação ao interesse público;
- III - economia na execução, conservação e operação;
- IV - possibilidade de emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, conservação e operação;
- V - facilidade na execução, conservação e operação, sem prejuízo da durabilidade da obra ou do serviço;
- VI - adoção das normas técnicas, de saúde e de segurança do trabalho adequadas;
- VII - impacto ambiental.

Na esteira das normas antes referidas, tem-se ainda a **Instrução Normativa MPOG n. 001/2010**, da Secretária de Logística e



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, editada também na esteira regulamentatória da Lei n. 8.666/93 e que dispõe sobre os critérios de **sustentabilidade ambiental** na aquisição de bens, contratação de serviços ou **obras** pela Administração Pública Federal.

Quando trata das obras, a referida Instrução Normativa traz todo um capítulo da matéria que se preocupa com a economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. Embora a maior parte das práticas digam respeito aos projetos e materiais especificados, também há normas aplicadas às construções propriamente ditas. Vejam-se na íntegra as regras, com destaques daquelas relacionadas aos serviços das obras:

### Capítulo II

#### DAS OBRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

**Art. 4º** Nos termos do art. 12 da Lei nº 8.666, de 1993, as especificações e demais exigências do projeto básico ou executivo, para contratação de **obras e serviços de engenharia**, devem ser elaborados visando à economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, tais como:

I – uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável;

II – automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença;

III – uso exclusivo de lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes;

IV – energia solar, ou outra energia limpa para aquecimento de água;

V – sistema de medição individualizado de consumo de água e energia;

VI – sistema de reúso de água e de tratamento de efluentes gerados;

VII – aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;

VIII – utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção; e

....

IX – comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra ou serviço.

§ 1º Deve ser priorizado o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação das obras públicas.

§ 2º O Projeto de Gerenciamento de Resíduo de Construção Civil - PGRCC, nas condições determinadas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, através da Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, deverá ser estruturado em conformidade com o modelo especificado pelos órgãos competentes.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

§ 3º Os instrumentos convocatórios e contratos de obras e serviços de engenharia deverão exigir o uso obrigatório de agregados reciclados nas obras contratadas, sempre que existir a oferta de agregados reciclados, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, bem como o fiel cumprimento do PGRCC, sob pena de multa, estabelecendo, para efeitos de fiscalização, que todos os resíduos removidos deverão estar acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004, disponibilizando campo específico na planilha de composição dos custos.

§ 4º No projeto básico ou executivo para contratação de obras e serviços de engenharia, devem ser observadas as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO e as normas ISO nº 14.000 da Organização Internacional para a Padronização (International Organization for Standardization).

§ 5º Quando a contratação envolver a utilização de bens e a empresa for detentora da norma ISO 14000, o instrumento convocatório, além de estabelecer diretrizes sobre a área de gestão ambiental dentro de empresas de bens, deverá exigir a comprovação de que o licitante adota práticas de desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização.

Deve-se registrar que tanto o Decreto Federal n. 7.746, de 15 de junho de 2016, como a IN SLTI/MPOG n. 001/2010 são de observância obrigatória somente no âmbito do Poder Executivo. Contudo, os órgãos do Poder Judiciário, de modo geral, e o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, em especial, tem inserido regularmente diversas práticas referidas nesses dispositivos nos documentos de suas contratações, não por sua natureza impositiva - que de fato não há - mas sobretudo como **boa prática de gestão**, até porque são normas infralegais editadas para materializar comandos da L. 8.666/93, esta de observância vinculativa a este órgão.

Impossível também deixar de mencionar o **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, da Advocacia Geral da União - AGU**, que neste ano de 2022 apresentou sua 5ª edição. Amplamente adotado no âmbito de toda a Administração Pública brasileira, inclusive recomendado pelo Tribunal de Contas da União na formatação de exigências sustentáveis nas contratações públicas. Veja-se:

Por sua vez, o Tribunal de Contas da União manifestou-se no sentido de que o Guia “tem como objetivo oferecer segurança aos gestores públicos na implementação de práticas socioambientais” (Acórdão nº 1056/2017 - Plenário). Em outra oportunidade, a Corte de Contas entendeu pela licitude de cláusulas editalícias relativas à habilitação e à certificação dos licitantes, desenhadas com base em recomendações constantes do nosso Guia, admitindo sua reprodução para certames futuros (**Acórdão nº 2661/2017-Plenário**). ps. 12-13.

No que mais relevante para este trabalho, encontra-se no referido guia da AGU:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) a preocupação com resíduos e rejeitos gerados na obra, devendo a fase de planejamento da contratação considerar medidas para a minimizar sua geração e prever sua destinação ambiental adequada (p. 85);

b) a licitação sustentável deve associar-se à prevenção na geração de resíduos, procurando-se, na fase de planejamento contratual, reduzir a quantidade de resíduos que serão gerados (p. 86).

No âmbito do Poder Judiciário tem-se a **Resolução CNJ n. 400/2021**, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário e que estabelece, além de práticas **ambientalmente corretas, também aquelas economicamente viáveis e socialmente justas e inclusivas, culturalmente diversas e pautadas na integridade, em busca de um desenvolvimento nacional sustentável.**

Já a recente **Resolução TSE n. 23.702, de 9 de junho de 2022**, que dispõe sobre a Política de Governança das contratações na Justiça Eleitoral, traz em seu artigo 4º, III, a diretriz geral de estimular as contratações compartilhadas e **sustentáveis**, inclusive estabelecendo com instrumento de governança o Plano de Logística Sustentável (PLS) em todos os órgãos da Justiça Eleitoral.

Na esteira de todos esses normativos, a **Resolução TSE n. 23.474, de 19 de abril de 2016**, que dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos Tribunais Eleitorais e implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável da Justiça Eleitoral (PLS-JE), já traz a seguinte redação:

**Art. 6º** As unidades ou núcleos socioambientais deverão fomentar ações que estimulem:

I - o aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto público;

II - o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos;

III - a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados;

**IV - a promoção das contratações sustentáveis;**

V - a gestão sustentável de documentos, em conjunto com a unidade responsável;

VI - a sensibilização e capacitação do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e de outras partes interessadas; e

VII - a qualidade de vida no ambiente de trabalho, em conjunto com a unidade responsável.

Não por outro motivo, o **Plano de Logística Sustentável – PLS 2020-2025 deste Órgão**, instituído por meio da Portaria TRE-RO n. 131/2020, publicado no DJE TRE-RO n. 142, de 23/07/2020, registra, no que relevante para este ETP, a implementação da **reciclagem e reuso de**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**resíduos de obras** (p. 17) e o monitoramento da **destinação de resíduos de obras e reformas** como desempenho de sustentabilidade do órgão (p.21).

### **6.1.1. Das exigências relacionadas aos critérios e práticas de sustentabilidade:**

Em face de todas as normas e regulamentos referidos no item anterior desta seção, reprisando que a **Resolução CNJ n. 400/2021**, dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário e estabelece práticas **ambientalmente corretas, também aquelas economicamente viáveis e socialmente justas e inclusivas, culturalmente diversas e pautadas na integridade**, em busca de um desenvolvimento nacional sustentável e, ainda, tendo como norte que a discricionariedade do agente público não reside em decidir se deve realizar licitações sustentáveis ou não. **Não se trata de dever moral, mas de respeito ao princípio da legalidade e da eficiência decorrentes do Estado de Direito. Nesse sentido é o Acórdão TCU n. 1752/2011 - Plenário, serão exigidos os seguintes itens de sustentabilidade:**

#### **6.1.1.1. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

A presente contratação visa gerar impactos ambientais positivos, uma vez que haverá previsão da responsabilidade ambiental da futura contratada por meio das seguintes medidas, **se aplicável, far-se-á:**

**I - Utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento**, com comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra por meio do CERFLOR - Programa Brasileiro de Certificação Florestal ou outros institutos acreditados pelo INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia ou, ainda, pela FSC - *Forest Stewardship Council* - ou Conselho de Manejo Florestal, organização internacional não-governamental, fundada em 1993, que não emite certificados e sim acredita certificadoras no mundo inteiro, garantindo que os certificados destas obedeçam a padrões de qualidade. As certificadoras desenvolvem um método para certificação baseado nos Princípios e Critérios do FSC, adaptando-o para a realidade de cada região ou sistema de produção (Fundamento: art. 3º da L. 8.666/93 c/c om art. 4º do Decreto 7.746/2016);

a) a contratada deverá comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratual, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

*a.1) cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;*

*a.2) comprovantes de registro regular do fornecedor (comércio atacadista ou varejista) e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, por meio da apresentação dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, nos termos da Instrução Normativa IBAMA n. 13, de 23/08/2021 e legislação correlata;*

*a.3) a apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Gestor/Fiscal do contrato logre êxito em obtê-lo mediante consulta on line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo;*

**b) cópia dos Comprovantes do Documento de Origem Florestal ou de autorização no Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais – SINAFLOR** (Fundamento: O Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (Sinaflor) integra o controle da origem da madeira, do carvão e de outros produtos ou subprodutos florestais, sob coordenação, fiscalização e regulamentação do Ibama. O Sinaflor foi instituído pela Instrução Normativa n. 21, de 24 de dezembro de 2014, em observância dos arts. 35 e 36 da [Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012](#);

*b.1) caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a contratada deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF/SINAFLOR, para fins de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual;*

*b.2) caso os produtos ou subprodutos florestais sejam exóticos/não-nativos (p. ex. eucalipto, pinus, teca), e caso o estado da federação não exija esse documento mesmo em se tratando de espécie exótica, a contratada deverá apresentar declaração de que é isenta de DOF, por não se tratar de madeira nativa.*



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**II - Projeto de Gerenciamento de Resíduo de Construção Civil - PGRCC**, nas condições determinadas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, através da Resolução n. 307, de 5 de julho de 2002, que deverá ser estruturado em conformidade com o modelo especificado pelos órgãos competentes.

a) a contratada deverá observar a preocupação com descarte ou reutilização dos resíduos sólidos - conforme disposto na Lei n. 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

O art. 35 desse normativo, estabelece, em síntese, que essa obrigação será exigível quando o município estabelecer um sistema de coleta seletiva pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, situação em que se enquadra o Município de Porto Velho, que, por meio da Portaria Conjunta SEMA/SEMUSB n. 30 de 17/05/2016, publicada no Diário Oficial do Município de Porto Velho, de 17/05/2016, estabeleceu diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, no âmbito de sua circunscrição.

b) a contratada deverá fazer uso obrigatório de agregados reciclados na obra, sempre que existir a oferta de agregados reciclados, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, bem como o fiel cumprimento do PGRCC, sob pena de multa, estabelecendo, para efeitos de fiscalização, que todos os resíduos removidos deverão estar acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004, disponibilizando campo específico na planilha de composição dos custos;

*b.1) Na ocorrência do uso de agregados reciclados na obra, a contratada deverá apresentar os dados e informações à fiscalização para análise e eventual aprovação, levantamento da diferença dos custos para fins de pagamento.*

**III - Quanto aos demais bens utilizados ou empregados na obra**, a contratada deverá utilizar, sempre que o equipamento permitir, produtos biodegradáveis registrados no Ministério da Saúde e, após a manutenção, os equipamentos e o local deverão ser limpos, os móveis e equipamentos recolocados nos seus respectivos lugares e os resíduos sólidos acondicionados em sacos de material apropriado e descartados adequadamente pela contratada, conforme disciplinado no Projeto de Gerenciamento de Resíduo de Construção Civil - PGRCC;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**IV** - A contratada deverá seguir os manuais e recomendações do **CBCS (Conselho Brasileiro de Construção Sustentável)**, bem como do **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis**, da Advocacia Geral da União - AGU, 5ª ed. 2022 e a legislação específica vigente, em especial a Lei n. 12.305, de 2010 que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos;

**V** - Além de outros critérios e práticas de sustentabilidade ambiental, a contratada deverá adotar as seguintes, de acordo com o art. 3º da L. 8.666/93 e art. 4º do Decreto Federal n. 7.746/2016:

a) baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

b) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

c) uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

d) origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras que executar.

**VI** - Usar equipamentos homologados pela Anatel e ABNT, no que diz respeito a normas ambientais;

**VII** - Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

**VIII** - Dar preferência ao uso de bens constituídos por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR-15448-1 e 15448-2;

**IX** - Dar cumprimento a todas as regulamentações do IBAMA, CONAMA, Secretarias Estaduais de Meio Ambiente e Secretarias Municipal de Meio Ambiente de Porto Velho, quando houver, relacionadas às atividades, serviços e tarefas executadas na obra.

**X** - Obrigações decorrentes da obtenção de **certificação LEED Silver** e **Certificação PROCEL** - Etiqueta PBE EDIFICA CLASSE A: Outras práticas de sustentabilidade ambiental: A construção civil causa impactos significativos ao meio ambiente, principalmente face à grande utilização de matérias primas não renováveis, grande consumo energético e expressiva geração de resíduos. Em face dessa constatação, deverão ser adotadas, no mínimo, as orientações para a melhoria da qualidade ambiental de acordo com as orientações da GBC BRASIL (Item 2.3.3).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **6.1.1.2. SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA:**

De acordo com o SEBRAE:

Sustentabilidade econômica é um **conjunto de práticas econômicas, financeiras e administrativas** que visam o desenvolvimento econômico de um país ou empresa, preservando o meio ambiente e garantindo a manutenção dos recursos naturais para as futuras gerações. (Cartilha do SEBRAE: Sustentabilidade econômica (Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ap/artigos/conheca-a-cartilha-sustentabilidade-economica,5141b319e3070610VgnVCM1000004c00210aRCRD>)

Serão exigidos da contratada os seguintes critérios e práticas:

**I** - Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local (de acordo com o art. 3º da L. 8.666/93 e art. 4º do Decreto Federal n. 7.746/2016);

**II** - Possibilidade de emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, conservação e operação (art. 12, V, da L. 8.666/93);

**III** - Deverão ser observados os procedimentos apontados pela **Certificação do LEED** que orienta a adoção de medidas que impactam economicamente na execução e que geram efeitos extremamente positivos para a sociedade e em especial, para situação financeira da própria empresa contratada.

### **6.1.1.3. SUSTENTABILIDADE SOCIAL:**

*Por definição, sustentabilidade social é um conjunto de ações que tem como propósito melhorar a qualidade de vida da população como um todo, visando reduzir as desigualdades sociais e ampliar o acesso aos direitos e serviços básicos, como educação e saúde, por exemplo. O ponto a ser observado é que não existe sociedade igualitária ou justa sem a participação do mercado e das empresas. Porém, é bom ressaltar que ações socialmente sustentáveis não são importantes apenas para as pessoas de mais baixa renda, uma vez que, assim que colocadas em prática, acabam por favorecer a vida de toda a população, indiscriminadamente. (FONTE: <https://www.teraambiental.com.br/blog-da-tera-ambiental/sustentabilidade-social-por-que-ela-deve-fazer-parte-da-sua-empresa>)*

Serão exigidos da contratada os seguintes critérios e práticas:

**I** - geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local (art. 4º do Decreto Federal n. 7.746/2016);

**II** - responsabilidade social na preservação de direitos trabalhistas e social de seus empregados, de acordo com a legislação



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

aplicável, cujo cumprimento será exigida comprovação pelo fiscal do contrato quando dos pagamentos das faturas dos serviços medidos;

**III** - responsabilidade social na preservação de direitos contratuais das empresas terceirizadas e subcontratadas, na forma da legislação aplicável e de acordo com os contratos celebrados, cujo cumprimento será exigida comprovação pelo fiscal do contrato quando dos pagamentos das faturas dos serviços medidos;

**IV** - responsabilidade social na preservação de direitos creditórios de todos os fornecedores de todos e quaisquer insumos fornecidos à contratada para emprego na obra, na forma da legislação aplicável e de acordo com os contratos celebrados, cujo cumprimento será exigida comprovação pelo fiscal do contrato quando dos pagamentos das faturas dos serviços medidos;

**V** - observar o **emprego de mão de obra formada por pessoas egressas do sistema prisional** pela empresa contratada, na seguinte proporção:

**a)** quatro por cento (4%) das vagas, quando a execução do contrato demandar cinquenta ou menos funcionários;

**b)** cinco por cento (5%) das vagas, quando a execução do contrato demandar cinquenta e um a oitenta funcionários; ou

**c)** seis por cento (6%) das vagas, quando a execução do contrato demandar mais de oitenta funcionários.

A efetiva contratação do percentual indicado nas alíneas "a" a "c" deste inciso será exigida da adjudicatária quando da assinatura do contrato. O referido percentual deverá ser respeitado durante toda a execução do contrato, com a devida fiscalização de seu cumprimento.

**IMPORTANTE:** A obrigação disciplinada neste inciso somente será exigível mediante comprovação, pelo TRE-RO, por oportunidade da assinatura do contrato ou, posteriormente, na fase de execução do contrato, da possibilidade concreta de efetivação dessa política pública (Fundamento: Art. 40, § 5º da Lei n. 8.666/93; **Decreto n. 9.450**, de 24 de julho de 2018 e **Resolução CNJ n. 307**, de 17 de dezembro de 2019, ainda, **Parecer Jurídico n. 303**, de 29/01/2021 ([0656175](#)), proferido em sede de consulta no PSEI n. [0002651-45.2020.6.22.8000](#)).

## **6.2. ACESSIBILIDADE:**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**A Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015** institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania e assim disciplina:

Art. 57. As edificações públicas e privadas de uso coletivo já existentes devem garantir acessibilidade à pessoa com deficiência em todas as suas dependências e serviços, tendo como referência as normas de acessibilidade vigentes.

Art. 58. O projeto e a construção de edificação de uso privado multifamiliar devem atender aos preceitos de acessibilidade, na forma regulamentar. [\(Regulamento\)](#)

§ 1º As construtoras e incorporadoras responsáveis pelo projeto e pela construção das edificações a que se refere o *caput* deste artigo devem assegurar percentual mínimo de suas unidades internamente acessíveis, na forma regulamentar.

§ 2º É vedada a cobrança de valores adicionais para a aquisição de unidades internamente acessíveis a que se refere o § 1º deste artigo.

Por sua vez, a **Lei Complementar n. 873, de 16 de dezembro de 2021**, que institui o **Código de Postura do Município de Porto Velho** (disponível em: <https://sapl.portovelho.ro.leg.br/ta/1847/text?print>) dispõe:

Art. 31. Fica garantido o livre acesso, a acessibilidade e o trânsito da população nos logradouros e espaços públicos, exceto em casos de interdição pela administração pública para realização de intervenções ou preparação para realização de eventos de interesse público e no estado de calamidade pública declarada pelos órgãos competentes.

§ 1º Para efeitos deste Código, define-se acessibilidade como a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso coletivo seja público ou privado, tanto na zona urbana quanto na de expansão urbana, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

§ 2º *É proibida a instalação de barreiras urbanísticas e a utilização dos logradouros públicos para atividades diversas daquelas permitidas em lei, e sem o prévio licenciamento ou autorização pelo órgão competente, sob pena de sanção pecuniária prevista neste Código.*

§ 3º *Considera-se barreiras urbanísticas, para efeito deste Código, qualquer entrave, obstáculo, que impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento, à circulação com segurança, entre outros, existentes nas vias, nos espaços e edifícios públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo.*

§ 4º As obras de caráter permanente em logradouro público, desde que não tenham licenciamento do município, serão consideradas barreiras urbanísticas irregulares devendo ser coibidas pela fiscalização de obras do município.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em cumprimento a essas legislações, será exigido da contratada:

**I** - Que a instalação dos canteiros, assim como todas as demais instalações e equipamentos que forem utilizadas na obra, além das placas de indicações, sinalizações, tapumes, barreiras de proteção e outros dispositivos dessa natureza ou não, **cumpram com rigor** as disposições do Código de Postura do Município de Porto Velho (LC PMPV n. 873/2021), para que não constituam barreiras urbanísticas e, de qualquer forma interferiram no direito do livre acesso, a acessibilidade e o trânsito da população nos logradouros e espaços públicos por eles afetados;

**II** - Que observe com rigor todas as demais recomendações, regulamentos e normas nacionais acerca do cumprimento de regras de acessibilidade no empreendimento da obra, principalmente as recomendações do CBCS (Conselho Brasileiro de Construção Sustentável) e as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre o tema.

### **7. DO CUSTO GLOBAL DE REFERÊNCIA DA ETAPA DA OBRA**

**7.1.** O O custo global de referência das obras foi dimensionado em **R\$ 9.809.167,40 (nove milhões, oitocentos e nove mil cento e sessenta e sete reais e quarenta centavos)**, obtido pela metodologia descrita na informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação, **ANEXO IX (Evento [1003651](#))** deste projeto básico, de acordo com as planilhas orçamentárias que compõem seu **ANEXO II (Evento [1003641](#))**, das quais foram extraídas o valor total registrado no quadro adiante:

DESCRIÇÃO DA OBRA	TIPO DE PROJETO	VALOR DA OBRA
SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DA TERRAPLANAGEM, DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO NO TERRENO DO NOVO EDIFÍCIO SEDE, FÓRUM ELEITORAL DA CAPITAL E ANEXOS	Construção	R\$ 9.809.167,40 (nove milhões, oitocentos e nove mil cento e sessenta e sete reais e quarenta centavos)



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Endereço: Av. Lauro Sodré n. 2.661, Bairro São Sebastião, Porto Velho, Estado de Rondônia, CEP n. 76.803- 490.		
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 9.809.167,40 (nove milhões, oitocentos e nove mil cento e sessenta e sete reais e quarenta centavos)</b>	

**7.2.** Os valores constantes nas Planilhas Orçamentárias Sintéticas dos serviços são formados pela composição de custos completa, incluindo mão de obra e fornecimento de materiais para a execução da obra, em conformidade com as regras do **Decreto Federal n. 7.983, de 8 de abril de 2013**, veja-se:

**Art. 3º** O custo global de referência de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços e obras de infraestrutura de transporte, **será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - Sinapi**, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil.

Parágrafo único. O Sinapi deverá ser mantido pela Caixa Econômica Federal - CEF, segundo definições técnicas de engenharia da CEF e de pesquisa de preço realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

**Art. 4º** *omissis*

**Art. 5º** O disposto nos arts. 3º e 4º não impede que os órgãos e entidades da administração pública federal desenvolvam novos sistemas de referência de custos, desde que demonstrem sua necessidade por meio de justificativa técnica e os submetam à aprovação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

**Parágrafo único.** Os novos sistemas de referência de custos somente serão aplicáveis no caso de incompatibilidade de adoção dos sistemas referidos nos arts. 3º e 4º, incorporando-se às suas composições de custo unitário os custos de insumos constantes do Sinapi e Sicro.

**Art. 6º** Em caso de inviabilidade da definição dos custos conforme o disposto nos arts. 3º, 4º e 5º, a estimativa de custo global poderá ser apurada por meio da utilização de dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal em publicações técnicas especializadas, em sistema específico instituído para o setor **ou em pesquisa de mercado**. (sem destaques no original)



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**7.3.** Registra-se que o TCU, de longa data, pacificou o entendimento acerca da obrigatoriedade da utilização dos custos de referência disponibilizados pelo SINAPI para a elaboração de orçamentos de obras e edificações custeadas com recursos federais, como reafirmado recentemente. Veja-se:

### **Acórdão 324/2021-Plenário:**

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

(...)

9.4. dar ciência ao Hospital Geral do Rio de Janeiro, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução - TCU 315/2020, que:

9.4.1. o orçamento defeituoso afronta o art. 6º, inciso IX, alínea "f", da Lei 8.666/1993;

9.4.2. **é obrigatório o uso do Sinapi na elaboração de orçamentos de obras de edificações custeadas com recursos federais, em obediência ao art. 3º do Decreto 7.983/2013;**

9.4.3. **em caso de necessidade de uso de composições originárias de outros sistemas de preços, devem ser adotados, preferencialmente, os valores e insumos pesquisados pelo Sinapi, a exemplo do preconizado pelo [Acórdão 1176/2012-TCU-Plenário](#), relatora Ministra Ana Arraes;**

(...) (sem destaques no original).

**7.4.** Referidos valores de referência têm como base preferencial a TABELA SINAPI NÃO DESONERADA REFERENTE À UNIDADE DA FEDERAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA, complementada com outras tabelas oficiais, bem como cotações de mercado, seguindo os critérios estabelecidos no Decreto Federal n. 7983/2013.

A empresa **FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA** - CNPJ n. 01.693.698/0001-30 (Carta-Contrato n. 027/2017 ([0254602](#)) - evento SEI nº [0002397-77.2017.6.22.8000](#)) adotou a **data-base de junho de 2021** e **foram atualizados os valores através de aplicação do Índice acumulado e correspondente ao PERÍODO DE JULHO/ 2021 A MARÇO DE 2023 (Tabela SINAPI)** pela ASSENGE/TRE-RO deste Regional, tendo sido adotada essa metodologia após ter sido demonstrada ser demasiadamente complexa a atualização estimativa orçamentária em razão do volume de itens de serviços e insumos da planilha orçamentária, conforme recomendação do Acórdão 19/2017 - Plenário TCU.

**7.4.1. JUSTIFICATIVA PARA A ADOÇÃO DA TABELA DO SINAPI NÃO DESONERADA:**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A **Lei n. 12.546, de 14 de dezembro de 2011** facultou às empresas de Construção Civil nos grupos 412, 432, 433 e 439 do CNAE 2.0, substituir a contribuição social previdenciária incidente sobre a folha de salários por uma contribuição incidente sobre a receita bruta. Deixando a cargo da empresa contribuinte o critério desta escolha. Veja-se a redação atual dessa norma:

Art. 7º **Até 31 de dezembro de 2023**, poderão contribuir sobre o valor da receita bruta, excluídos as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991: (Redação dada pela Lei nº 14.288, de 2021)

...

IV - as empresas do setor de construção civil, enquadradas nos grupos 412, 432, 433 e 439 da CNAE 2.0; (Incluído pela Lei nº 12.844, de 2013) (Vigência) (sem destaques no original)

...

*Art. 7º-A. A alíquota da contribuição sobre a receita bruta prevista no art. 7º será de 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento), exceto para as empresas de **call center** referidas no inciso I, que contribuirão à alíquota de 3% (três por cento), e para as empresas identificadas nos incisos III, V e VI, todos do **caput** do art. 7º, que contribuirão à alíquota de 2% (dois por cento).* (Redação dada pela Lei nº 13.202, de 2015) (Vigência)

De acordo com a **Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE**, mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, disponível em: <https://concla.ibge.gov.br/busca-online-cnae.html?subclasse>, tem-se a seguinte descrição:

### **CNAE 2.0**

412 (Construção de Edifícios)

432 (Instalações Elétricas, Hidráulicas e outras Instalações em Construções)

433 (Obras de Acabamento)

439 (Outros Serviços Especializados para Construção).

No artigo 9º, § 16, da mesma Lei, restou consignado que a opção da empresa dar-se-á para cada obra específica. Veja-se:

**§ 16.** Para as empresas relacionadas no inciso IV do **caput** do art. 7º, **a opção dar-se-á por obra de construção civil** e será manifestada mediante o pagamento da contribuição incidente sobre a receita bruta relativa à competência de cadastro no CEI ou à primeira competência subsequente para a qual haja receita bruta apurada para a obra, e será irretratável até o seu encerramento. (Incluído pela Lei nº 13.161, de 2015) (Vigência)



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Assim, pelo que dispõe a Lei, esta é uma opção do contribuinte empresário, que certamente deverá avaliar o menor custo para sua escolha.

**Dito isto, cabe justificar a opção da Administração para a estimativa orçamentária diante desse quadro tributário facultativo.**

Como visto, o referido diploma legal limita à data de **31 de dezembro de 2023** a possibilidade de as empresas beneficiárias do regime especial recolherem as contribuições à seguridade social apuradas pela receita bruta. Em função desse marco temporal e da incerteza da prorrogação do regime, considerando que as obras que integram o objeto deste projeto básico possuem cronograma de execução no período de 2023 a 2027, **OPTOU-SE** pela definição dos custos unitários pela **TABELA DO SINAPI NÃO DESONERADA** para todos os serviços. Até porque, tratando-se do critério de julgamento do menor preço na concorrência, para a empresa se sagrar vencedora deverá ofertar a proposta de menor valor, independentemente do regime de contribuição tributária em que esteja enquadrada. Assim, para o **TCU**, escorado por inúmeras análises elaboradas por suas unidades técnicas, a adoção do regime desonerado ou onerado terá **pouca repercussão no preço efetivamente praticado**, pois as empresas, na elaboração de suas propostas, considerarão os respectivos regimes tributários aplicáveis, independentemente daquele considerado nas estimativas. Nesse sentido, cita-se excerto de recente acórdão da Corte de Contas Nacional:

**Acórdão n. 2595/2021 - PLENÁRIO:**

(...) Feita a contextualização, passo a decidir.

...

VII

Ainda com relação às falhas de orçamento, dirijo do apontamento relativo à não avaliação da vantagem do uso do regime de desoneração. Em primeiro lugar porque a questão foi pouco aprofundada, e, ao que consta nos autos, não se sabe qual regime seria menos oneroso.

**Ainda que num cenário ideal o gestor pudesse ter considerado as duas hipóteses, e optado pela mais econômica, penso que tal procedimento não seria decisivo para o preço praticado na contratação, que dependeria, fundamentalmente, do regime a que se submete a empresa vencedora do certame.**

**O critério de julgamento do pregão é o menor preço, assim, para a empresa se sagrar vencedora, deve ofertar a proposta de menor valor, independentemente do regime de contribuição tributária em que esteja enquadrada.**

Na realidade, o grande impacto da utilização do regime tributário menos oneroso na fase de estimativa está no impedimento à participação de uma empresa enquadrada em regime mais caro, em vista do fato de que a sua proposta, potencialmente, ultrapassaria o preço máximo admitido na licitação. Se, de outro modo, for



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

considerado regime tributário mais caro, todas as empresas podem, em tese, participar.

De toda sorte, em ambiente de competição, o fato de estimar como desonerado, lucro real, lucro presumido, simples etc. terá pouca repercussão no preço efetivamente praticado, pois as empresas, na elaboração de suas propostas, considerarão os respectivos regimes tributários aplicáveis, independentemente daquele considerado nas estimativas.

**Exemplificativamente, uma empresa desonerada, que pague 2,5% de Contribuição Social sobre o faturamento, no lugar dos 20% sobre a folha de salários, deverá reconhecer esta realidade em sua proposta e consequente contrato, mesmo que no caso concreto o orçamento estimado da Administração tenha considerado o regime onerado.**

Podemos traçar analogia com dois regimes tributários comumente considerados na estimativa de custos para a contratação de serviços: lucro real e o lucro presumido, com diferenças diretas nas alíquotas do PIS e da Cofins. Não se tem notícias de que os órgãos devam fazer estudo para saber qual deles seria mais vantajoso para determinada contratação, e eleger o menos oneroso.

Importa, em tais casos, **que o regime tributário adotado nas estimativas seja factível diante dos serviços a serem contratados, e não que seja necessariamente o menos oneroso, até porque o custo do tributo efetivamente praticado no contrato dependerá da empresa vencedora, e não do regime considerado na estimativa.** (sem destaques no original)

Esse entendimento do TCU é harmônico com aquele que já alicerçara no **Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário**, quando da análise similar das empresas optantes do SIMPES NACIONAL, veja-se:

### **2.3.3.3. Simples Nacional**

(...)

Esse regime diferenciado não é considerado um tributo em si, mas sim uma modalidade de arrecadação unificada dos seguintes tributos: a) IRPJ; b) IPI; c) CSLL; d) COFINS; e) PIS/Pasep; f) Contribuição para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que trata o art. 22 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991; g) ICMS; e h) ISS (art. 13 da LC 123/2006). O valor a ser recolhido é calculado a partir da aplicação de um percentual sobre o montante da receita bruta anual da ME ou EPP, podendo ser diferenciado por setor econômico (indústria, comércio e serviços) e progressivo de acordo com o total da receita bruta auferida pelas empresas. No caso de atividades da construção civil, as alíquotas do Simples Nacional estão previstas no Anexo IV da LC 123/2006.

Além disso, as empresas optantes pelo Simples Nacional estão dispensadas do pagamento de algumas contribuições instituídas pela União, como as contribuições para Serviços Sociais Autônomos (Sesi, Sesc, Senai, Sebrae etc.), as contribuições relativas ao salário-educação e a contribuição sindical patronal, de que trata o art. 240 da Constituição Federal, as quais não estão incluídas no sistema de recolhimento unificado (art. 13, § 3º, da LC 123/2006).

Dessa forma, nos orçamentos de obras públicas, a estimativa dos percentuais dos tributos do BDI ganha uma maior complexidade, visto que não é possível prever os diversos regimes de tributação que as empresas licitantes estão enquadradas, além da própria diversidade de tributos que compõem o Simples Nacional e da variabilidade de seus percentuais, bem como da exclusão das contribuições sociais do Sistema S (Sesi, Senai, Sebrae etc.) do cálculo dos encargos sociais das obras. Em função disso, considera-se que o BDI do orçamento-base da licitação pode, por exemplo, estimar os percentuais dos tributos que incidem sobre o faturamento (ISS, PIS e





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Cofins) pelo regime comum e incluir os gastos previstos para o ressarcimento dos encargos sociais daquelas contribuições sociais.

Por outro lado, **na fase de elaboração das propostas de preços, considera-se que a composição de BDI das ME e EPP contratadas pela Administração Pública deve prever alíquotas compatíveis com aquelas em que a empresa está obrigada a recolher**, conforme os percentuais contidos no Anexo IV da LC 123/2006, e não incluir na composição de encargos sociais os gastos relativos ao ressarcimento das contribuições a que estão dispensadas de recolhimento, conforme disposto no art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar. Esse é o entendimento deste Tribunal exarado no Acórdão 3.037/2009-TCU-Plenário, nos seguintes termos:

9.2.2.4. adote as medidas necessárias ao ressarcimento do percentual de PIS, ISS e Cofins discriminados na planilha de composição do BDI em alíquotas eventualmente superiores às quais a contratada está obrigada a recolher, em face de ser optante do Simples Nacional, bem como ao ressarcimento dos encargos sociais referentes ao Sesi, Senai e Sebrae, dos quais a empresa está dispensada do pagamento, conforme previsto no art. 13, § 3º, da LC nº 123/2006 e que foram acrescidos indevidamente na planilha de composição de encargos sociais;

Conclui-se, dessa forma, que a proposta de preços da empresa vencedora do certame, comprovadamente optante do Simples Nacional deve estar de acordo com as disposições previstas na LC 123/2006 quanto aos tributos que integram a composição de BDI e às contribuições do Sistema S que compõem os encargos sociais da obra, por se tratar de um regime diferenciado e favorecido dispensado às ME e EPP por força de expressa previsão constitucional, de modo que os benefícios tributários conferidos pelo Simples Nacional estejam devidamente refletidos nos preços contratados pela Administração Pública. **(sem destaques no original)**

Diante da opção facultada ao empresário, a Administração podera elaborar a planilha orçamentária onerada ou desonerada, **mas ressaltar no Edital que o licitante poderá apresentar sua planilha de preços onerada ou desonerada, como opção para a referida obra, desde que apresente a tributação adequada de acordo com sua escolhas, em especial quando apresentar desonerada que lance o valor relativo à contribuição previdenciária sobre o valor da receita bruta**, conforme previsto no Artigo 7, IV, e Art. 9º, § 16, da Lei n. 12.546, de 14 de dezembro de 2011. Acerca do tema vide orientação do TCU no mesmo **Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário:**

9.3.2.5. prever, nos editais de licitação, a exigência para que as empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional apresentem os percentuais de ISS, PIS e COFINS discriminados na composição do BDI que sejam compatíveis com as alíquotas a que a empresa está obrigada a recolher, previstas no Anexo IV da Lei Complementar n. 123/2006, bem como que a composição de encargos sociais não inclua os gastos relativos às contribuições que essas empresas estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;

No Edital também deve ser estipulado que, **uma vez feita a opção na proposta de preços, ela será irretratável**, na forma do artigo 9º, §16 da Lei 12.546/2011.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**7.5.** Sobre os custos unitários e, por consequência, o orçamento global de referência assim apurado foi aplicado o **BDI (Benefícios e Despesas Indiretas)** de acordo com o item 4, páginas 7 a 11, do Memorial Descritivo do Orçamento, **Anexo III (Evento [1003642](#))**, que trata da composição do BDI, no qual tem o **percentual do BDI correspondente a 25,97%** (vinte e cinco inteiro e noventa e sete centésimos por cento), referente a convencional; e o **percentual de BDI de 19,43%** (dezenove inteiros e quarenta e três centésimos por cento), referente aos serviços gerais; conforme a média definida pelos **Acórdãos n. 2369/2011 – TCU – Plenário e 2.622/2013 - TCU - Plenário**.

## **8. DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO**

**8.1.** O Tribunal de Contas da União tem reiterado aos ordenadores de despesa que observem os dispositivos legais da Lei n. 4.320/1964, que institui normas gerais sobre Direito Financeiro como, por exemplo, no Acórdão TCU n. 645/2007 - Plenário:

*"Abstenha-se de realizar despesas sem cobertura contratual, procedendo à emissão de empenho anteriormente à prestação dos serviços, de forma a não contrariar o disposto nos arts. 60, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993, 60 da Lei nº 4.320/1964 e 24 do Decreto nº 93.872/1986."*

**8.2.** É fundamental que o órgão contratante preveja os recursos orçamentários específicos que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no curso do exercício financeiro. Contudo, o objeto desta contratação, consistente em uma obra com previsão de execução por 5 exercícios (2023 a 2017), encontra abrigo na exceção disciplinada no **art. 57 da Lei n. 8.666/93**. Veja-se:

**Art. 57.** A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, **exceto quanto aos relativos:**

**I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório.** (sem destaque no original).

**8.3.** De acordo com a atualização dos custos unitários, do custo orçamentário sintético e o replanejamento da obra adequando o Cronograma Físico Financeiro para 12 (DOZE) meses, observando-se situações adversas em função do período de seca e chuvas na Amazônia, tem-se a cifra de **R\$ 9.809.167,40 (nove milhões, oitocentos e nove mil cento e sessenta e sete reais e quarenta centavos)**, assim distribuídos pelos exercícios fiscais:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**8.4.** Por sua vez, trata-se de obra constante do Plano de Obras do biênio 2020/2023, objeto da Resolução TRE-RO n. 13/2020, com alterações da Resolução TRE-RO n. 10/2022, bem como da proposta orçamentária deste Tribunal para o exercício 2023 registrada no processo SEI n. 0000150-50.2022.6.22.8000, com cronograma de execução financeira-orçamentária no período de 2023 a 2027, nos moldes do demonstrativo supraidentificado.

**8.5.** O suporte orçamentário para a execução dos valores estimados no exercício de 2023 consta da Proposta de Lei Anual de Orçamento do exercício 2023 que tramita no Congresso Nacional através do Projeto de Lei do Congresso Nacional – PLN n. 32, de 2022, **na condição de investimento plurianual**, destacado na ação orçamentária *159L - Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – RO, vinculada ao Plano Plurianual 2020-2023* através do programa de gestão *0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário*, com previsão dotações de R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais) para o exercício 2023.

**8.6.** Assim, em cumprimento ao aos artigos 58 e 60 da Lei n. 4.320/1964 - e a jurisprudência da Corte de Contas Nacional - a dotação necessária para assinatura do contrato advém dos recursos apresentados na tabela a seguir, desde que disponíveis:

<b>FONTE ORÇAMENTÁRIA</b>			
<b>Tipo de Orçamento</b>	<b>Item de despesa do planejamento orçamentário</b>	<b>Plano Interno</b>	<b>Previsão de execução orçamentária por exercício fiscal</b>
			<b>Exercício 2023 (R\$)</b>
Investimento	Construção da nova sede do TRE-RO	RO CONSEDE	11.000.000,00
<b>Total por exercício financeiro</b>			<b>11.000.000,00</b>
<b>Fonte: Painel Orçamentário, PPA e LOA</b>			

## **9. DO CERTAME LICITATÓRIO**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **9.1. ADOÇÃO DA MODALIDADE DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA**

**9.1.** A Comissão de Planejamento da Contratação - CPC tem ciência que a Assessoria Jurídica deste órgão - no caso específico a Comissão Especial de Pareceristas Jurídicos designados pela Portaria DG/TRE-RO n. 247/2022 - é competente para indicar a modalidade licitatória dos certames, em consonância com o Parágrafo único do art. 38 da Lei n. 8.666/93, como também no art. 11 da IN TRE-RO N. 004/2008. De antemão, este Coletivo entende que deverá ser adotada a modalidade de CONCORRÊNCIA, sob o regime de empreitada por preço global, sob a forma de execução indireta, do tipo menor preço, com fundamento nos arts. art. 6º, VIII, "a" c/c 22, I, c/c 45, § 1º, I, todos da Lei n. 8.666/93.

### **9.2. INAPLICABILIDADE DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO CERTAME:**

9.2.1 Por certo o valor total estimado da contratação pretendida excede R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) estabelecidos pelo art. 48, I, da Lei Complementar n. 123/2006 e pelo art. 6º do Decreto Federal n. 8.538/2015, patamar que **afasta a exclusividade** na participação de microempresas e empresas de pequeno porte no certame .

9.2.2. Tratando-se de empreitada por preço global, **não** será aplicável a regra do art. 48, III da LC n. 123/2006 e art. 8º do Decreto Federal n. 8.538/2015, que estabelecem a destinação de itens com valores inferiores a R\$ 80.000,00 ou a estipulação de cota de até 25 % para ME/EPP para itens compostos por bens divisíveis com valores totais superiores a esse patamar.

9.2.3. Embora este projeto básico **NÃO ADMITA** a possibilidade de subcontratação dos serviços objeto da contratação, também **não terá aplicação a regra da subcontratação obrigatória** de microempresa ou empresa de pequeno porte prevista no art. 48, II da LC n. 123/2006 e art. 7º, do Decreto Federal n. 8.538/2015, posto que esse segmento não poderia executar tais serviços. Tais serviços são da área de engenharia e quando aglutinados, de forma geral, são prestados por empresas de médio e grande porte econômico, como é o caso das empresas que atuam no segmento de terraplanagem, drenagem e pavimentação. A ausência dessa exigência, todavia, não impede que a contratada venha a subcontratar com ME/EPP'S serviços auxiliares necessários à execução dos serviços finalísticos ora pretendidos pela Administração Pública.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **9.3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:**

**9.3.1. Poderão participar** da Concorrência quaisquer licitantes que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste projeto básico e no edital do certame e que tenham especificado, como objetivo social da empresa, expresso no estatuto ou contrato social, atividade pertinente e compatível com o seu objeto.

#### **9.3.2. Consórcios**

Apesar de que o valor objeto da Concorrência ser inexpressivo em função do tipo da obra, pois se trata de infraestrutura de drenagem e pavimentação em área menor que 2 (dois) hectares e ainda, haver diversas empresas do setor de construção que atuam na área objeto da contratação, vimos como salutar a participação de empresas na forma de consórcio, pois possibilita a ampliação da competitividade entre as mesmas, inclusive com possibilidade de empresas de menor porte a atuar na execução, observando-se os requisitos técnicos exigidos, desta forma será admitida a participação de empresas em consórcio, nos termos do artigo 33 da L. 8.666/1993.

9.3.2.1. No caso de consórcio entre empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira, nos termos do artigo 33, §1º, da L. 8.666/1993, a qual ficará obrigada a atender as mesmas condições gerais de liderança definidas neste projeto básico e no edital da licitação.

9.3.2.2. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, **no mínimo**, idênticos percentuais de participação no consórcio, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório, na forma definida no edital.

9.3.2.3. É vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, em mais de um consórcio ou isoladamente, nos termos do artigo 33, inciso IV, da L. 8.666/1993.

9.3.2.4. O licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.3.2.5. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas à habilitação jurídica e técnica, regularidade fiscal e trabalhista previstas neste Edital.

9.3.2.6. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

**9.3.3. Empresas estrangeiras:** Será admitida a participação de empresas estrangeiras, de forma isolada ou em consórcio, nos termos dos respectivos artigos 3º, II e 33 da L. 8.666/1993.

9.3.3.1 De acordo com a IN SEGES n. 10, de 2020, que alterou a IN SEGES n. 3, de 2018, as **empresas estrangeiras que não funcionem no país** podem se cadastrar no SICAF mediante a apresentação de documentos equivalentes aos exigidos das empresas brasileiras e estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil. O normativo prevê a possibilidade de que um ou mais documentos requeridos não existam em outros países, situação na qual o responsável pelo cadastramento deverá justificar a omissão, em campo próprio, disponibilizado no sistema. Assim, deverão atender, tanto quanto possível, às **exigências de habilitação e proposta** mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado, devendo ter representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente (art. 32, § 4º, da Lei n. 8.666/93).

**9.3.4. IMPORTANTE:** Em cumprimento ao art. 9º, inciso I, da Lei n. 8.666/93, a empresa **FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA** - CNPJ n. 01.693.698/0001-30, **não poderá participar DESTA LICITAÇÃO** em razão de seu impedimento legal por sua condição de autora dos projetos que serão objeto de execução nesta contratação, bem como a empresa **EACE - Engenheiros Associados Consultores em Engenharia Ltda** - CNPJ sob o n. 15.110.739/0001-23, empresa contratada para os serviços técnicos de **FISCALIZAÇÃO DA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS**.

9.3.4.1. Também não poderá participar da licitação a empresa que tenha vínculo com os autores dos projetos, não descaracterizando a ilicitude o desligamento recente deste do quadro societário da licitante, em tempo próximo ao lançamento do instrumento convocatório (Acórdão TCU n. 1170/2010 - Plenário e Acórdão TCU n. 9917/2016 - 2ª Câmara).

9.3.4.2. As demais vedações à participação serão registradas no edital do certame.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **9.4. DO PROCEDIMENTO DE CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES:**

9.4.1. Os licitantes e os Consórcios que desejarem manifestar-se durante as fases do procedimento licitatório deverão estar devidamente representados por:

9.4.1.1. **Titular da empresa licitante ou do Consórcio**, devendo apresentar cédula de identidade ou outro documento de identificação oficial, acompanhado de: registro comercial no caso de empresa individual, contrato social ou estatuto em vigor, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, sendo que em tais documentos devem constar expressos poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

9.4.1.2. **Representante** designado pela empresa licitante ou consórcio, que deverá apresentar instrumento particular de procuração ou documento equivalente, com poderes para se manifestar em nome da empresa licitante em qualquer fase da licitação, acompanhado de documento de identificação oficial e do registro comercial, no caso de empresa individual; contrato social ou estatuto em vigor no caso de sociedades comerciais e no caso de sociedades por ações, acompanhado, neste último, de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial;

9.4.1.3. Para participar do certame o representante da licitante **ou da empresa líder do consórcio**, apresentará à Comissão Especial de Licitação para a contratação de construção do novo Prédio Sede, designada pela Portaria DG/TRE-RO n. 248/2022, doravante denominada apenas "Comissão de Licitação", **o documento hábil que o credencia (itens 9.4.1.1. e 9.4.1.2), bem como na forma prevista no edital, no ato programado para a entrega dos documentos de habilitação e da proposta de preços.**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.4.1.4. A ausência do documento hábil de representação não impedirá o representante de participar da sessão de licitação, mas ele ficará impedido de praticar qualquer ato durante o procedimento licitatório.

### **9.4.2. Do recebimento dos envelopes:**

**9.4.2.1.** Até o dia, horário e local fixados no preâmbulo do Edital, cada licitante deverá apresentar à Comissão de Licitação, simultaneamente, sua documentação e proposta de preços, em envelopes separados, fechados e rubricados no fecho, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, além do nome comercial da licitante, ou do consórcio, os seguintes dizeres:

**CONCORRÊNCIA N. 02/2023**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE**  
**RONDÔNIA**  
**DOCUMENTAÇÃO - ENVELOPE N. 01**

**CONCORRÊNCIA N. 02/2023**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE**  
**RONDÔNIA**  
**PROPOSTA DE PREÇOS - ENVELOPE N. 02**

**9.5. DOS DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE N. 1 - DOCUMENTAÇÃO:** Serão exigido dos licitantes e consorciados os documentos de habilitação descritos neste projeto básico, que deverão ser apresentados no ENVELOPE Nº 01 - que pode ser composto, caso necessário, por mais de 1 (um) envelope, desde que todos sejam identificados como ENVELOPE 1, podendo o segundo ser identificado com ENVELOPE N. 01.1; o terceiro como ENVELOPE N. 01.2 e assim sucessivamente.

### **9.5.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**I** - Tratando-se de sociedades comerciais, as licitantes ou consorciadas deverão apresentar o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e respectivas alterações, devidamente registrado na junta comercial. Tratando-se de sociedades por ações, os atos constitutivos



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

deverão estar acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, em ambos os casos comprovando que a empresa exerce atividades compatíveis com o objeto deste projeto básico;

**II - Tratando-se de consórcios**, deverá, ainda, ser apresentando no mesmo ENVELOPE 01, o **compromisso público ou particular de constituição do consórcio**, subscrito pelos consorciados, que deverá conter, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas, inclusive a proporção econômica e financeira da respectiva participação de cada consorciado em relação ao objeto licitado;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da **empresa responsável pela liderança do consórcio** e seu respectivo representante legal, que terá poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar o contrato e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado e atender às seguintes condições de liderança:

*g.1) a líder do consórcio é a empresa que detém a maioria da participação no consórcio;*

*g.2) a empresa líder do consórcio deve ser empresa da área técnica, ou seja, empresa prestadora de serviços de engenharia;*

*g.3) a empresa líder será responsável por todos os atos administrativos, técnicos e judiciais nesse processo, sem prejuízo da responsabilidade de cada um dos consorciados.*



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**h)** Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do órgão contratante até o cumprimento do objeto da contratação, mediante a emissão do termo de recebimento definitivo, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” deste subitem.

**III - Tratando-se empresa estrangeira que funcionam no país,** com participação isolada ou em consórcio:

**a)** o ato de autorização de funcionamento e instalação no país;

**b)** o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente para a atividade de engenharia.

**IV - Tratando-se empresa estrangeira que NÃO funcionam no país,** com participação isolada ou em consórcio: deverão atender, tanto quanto possível, às **exigências de habilitação e proposta** mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado, devendo ter representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente (art. 32, § 4º, da Lei n. 8.666/93).

**V - Documentos oficiais de identificação pessoal dos representantes da empresa ou do consórcio.**

### **9.5.2. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA:**

**I - A licitante e/ ou as consorciadas devem apresentar:**

**a)** comprovação de regularidade perante à Fazenda Federal relativa a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

**b)** certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS (CRF);

**c)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pela Justiça do Trabalho;

**d)** Certidão Negativa de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, emitida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

**II - Tratando-se de empresa estrangeira que não funciona no Brasil, tanto em participação isolada ou que integre**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**consórcio com liderança de empresa brasileira:** De acordo com a Instrução Normativa SEGES n. 3/2018, as empresas estrangeiras que não funcionem no país podem se cadastrar no SICAF mediante a apresentação de documentos equivalentes aos exigidos das empresas brasileiras e estrangeiras autorizadas a funcionar aqui. O normativo prevê a possibilidade de que um ou mais documentos requeridos não existam em outros países, situação na qual o responsável pelo cadastramento deverá justificar a omissão, em campo próprio, disponibilizado no sistema. A equivalência entre documentos e omissões na sua apresentação serão objeto de cuidadosa apreciação pela comissão de licitação ou pelo pregoeiro, conforme o caso. Eventualmente, o exame demanda, inclusive, a realização de diligências, de modo a se evitarem questionamentos dos licitantes e assegurar a lisura do certame.

### **9.5.3. QUALILIFICAÇÃO TÉCNICA**

Em que pese ser uma obra de grande vulto em relação ao seu todo, conforme art. 6º, inciso V, da Lei n. 8.666/93; no que tange a etapa da obra em questão, não será exigido dos participantes a metodologia de execução, visto que a obra não apresenta alta complexidade técnica e, ainda a metodologia de execução está descrita no projeto executivo detalhado, anexo I ([1003635](#)), portanto não se aplicando o contido no art. 30, § 8º, da Lei n. 8.666/93.

#### **9.5.3.1. Da Qualificação Operacional**

I - Serão exigidos como documentos indispensáveis para as empresas que participarão do certame os seguintes:

**a) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica** junto ao Conselho Competente da Região, dentro do prazo de sua vigência;

**b) A comprovação da capacidade técnico-operacional** deverá ser efetuada mediante a apresentação de um ou mais atestados em nome da licitante, fornecidos por pessoas de direito público ou privado, em nome do licitante, que comprovem a execução de serviços similares ou compatíveis com o objeto licitado. Assim, não será permitido o somatório dos atestados de capacidade técnico-operacional das empresas participantes, conforme alínea f desse item.

**b.1)** Para efeito de comprovação da capacidade técnico-operacional da empresa licitante, serão consideradas como parcelas de maior relevância da obra, objeto do presente certame, execução de obras de



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

terraplenagem, drenagem e pavimentação de acordo com o **Acórdão TCU n. 1.214/2013-Plenário**, com as seguintes características:

*i) Serviços de Terraplenagem: área mínima de 9.000 m<sup>2</sup> (metro quadrado);*

*ii) Serviços de Drenagem: 300 m (metro) de tubulações;*

*iii) Serviços de Pavimentação (base e sub base): 360 m<sup>3</sup> (metro cúbico).*

c) Não é obrigatória a apresentação de atestado único que contemple as 03 (três) características (terraplenagem, drenagem e pavimentação). No consórcio podendo a qualificação ser comprovada por diferentes integrantes do consórcio, observando-se o quantitativo mínimo por atestado de serviços definidos na alínea **b.1)**.

*c.1) Às empresas reunidas em consórcio, não será permitida a apresentação de atestado de capacidade técnico-operacional emitido umas às outras, pois a atestação como instrumento de prova, pressupõe, necessariamente, a expedição de documento por terceiro desinteressado no resultado do certame*

*c.2) A licitante poderá apresentar os atestados provenientes de pessoa jurídica de direito privado com reconhecimento de assinatura em cartório e comprovação de que o signatário é representante legal da emitente através de apresentação do contrato social e procuração se for o caso, a fim de evitar diligências durante a fase de habilitação técnica.*

**d) Declaração da licitante com a indicação dos profissionais exigidos neste projeto básico e a aceitação de responsabilidade técnica**, nos termos do modelo do **ANEXO V (Evento [1003646](#))** deste projeto básico - art. 30, II, da L. 8.666/93.

**e) Declaração**, conforme modelo reproduzido no **ANEXO VIII (Evento [1003649](#))** deste projeto básico, de que disporá, **no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato**, dos equipamentos e ferramentas necessárias à execução dos serviços e se compromete a manter os profissionais indicados como responsáveis técnicos treinados e capacitados para a realização de suas tarefas. Além disso, dentre as ferramentas, a contratada deverá declarar que disporá de todas as licenças dos *softwares* de sua propriedade compatíveis com a execução dos serviços - art. 30, II c/c o § 6º do mesmo artigo, da L. 8.666/93.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**f) Justificativa para a exigência de quantitativos mínimos dos serviços para comprovação de qualificação técnica operacional e profissional:** Tal exigência tem seu fundamento no fato de que os controles tecnológicos necessários para a execução da obra pretendida (Item 2.1) apresentam as mesmas características de uma obra de grande dimensão, não sendo razoável admitir que uma empresa que realizou terraplenagem de lotes nos padrões urbanos (15m x 30m) haverá de ter a almejada experiência técnica pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o escopo desta contratação, como exigido pelo art. 30, II, da Lei n. 8.666/93, diferentemente de uma empresa que executou obras de maior porte como, por exemplo pavimentação de uma estrada. Outrossim, a metodologia considerada para o serviço objeto deste projeto básico, segue o dimensionamento do pavimento de acordo com as especificações do extinto DNER (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem), atual DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura Terrestre), conforme registrado no Anexo I do Memorial de Cálculo de Pavimentação, item 3; que são técnicas aplicadas às rodovias; portanto, exigindo das empresas conhecimento, experiência e familiaridade com obras deste porte. Portanto, os quantitativos mínimos buscam selecionar empresas que tenham efetiva estrutura para realização de obras no nível técnico e em conformidade com as especificações dos serviços que compõem o objeto da obra. Deve-se registrar, ainda, que a Administração contratante realizou ensaios de estudos geológicos para adoção de área de empréstimos de solo e para a exigência de compactação com energia igual a 95% do Proctor Normal, o que impõe à empresa a obrigação de apresentar e manter equipe técnica e equipamentos de ensaios de solo para acompanhar a execução de compactação das camadas de aterro, sub-base e base. Além dos ensaios, faz-se necessário rígido controle da execução dos taludes dos cortes e aterro a fim de atender às especificações, com acompanhamento de ensaios de umidade ótima, granulometria, entre outros. Tratando-se ainda de obras assemelhadas à rodovia (obras viárias), há necessidade de monitoramento e controle métrico das inclinações mínimas necessárias ao bom escoamento das águas, sendo que tal serviço exige dos operadores de equipamento um certo rigor e capacidade operacional, assim reforça-se a necessidade de quantitativos e características mínimas atestadas para comprovação de capacidade técnica operacional.

### **9.5.3.2. Da Qualificação Profissional**

I - Serão exigidos como documentos indispensáveis para os profissionais técnicos indicados pela empresa, os seguintes documentos:



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**a) Certidão de Registro de Pessoa Física** junto ao Conselho Competente da Região, dentro do prazo de sua vigência (Acórdão 2472/2019 - Primeira Câmara);

**b) Comprovação de aptidão técnico-profissional** consistente na apresentação de uma ou mais **Certidões de Acervo Técnico - CAT** - expedidas pelo Conselho de Classe competente, em nome do(s) respectivo(s) profissional(is) que exercerá(ão) a(s) função(ões) de responsável(is) técnico(s) de acordo com a qualificação técnica-operacional solicitada no subitem 9.5.3.1, "b". Assim, não será permitido o somatório dos Acervos Técnicos dos profissionais indicados pelas empresas participantes, conforme alínea b.1 desse item.

*b.1) o(s) profissional(is) indicado(s) será(ão) o(s) responsável(is) técnicos pela prestação dos serviços objeto desta licitação, compondo a respectiva equipe técnica - art. 30, § 10, da Lei n. 8.666/93;*

*b.2) no caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas;*

*b.3) Comprovação de aptidão técnico-profissional consistente na apresentação de uma ou mais **Certidões de Acervo Técnico - CAT** - expedidas pelo Conselho de Classe competente, em nome dos respectivos profissionais que exercerão as funções de responsáveis técnicos para cada uma das especialidades abaixo, comprovando a execução de serviços semelhantes, assim considerados como aqueles que atenderem aos quantitativos e características mínimos descritos a seguir:*

**b.4) Engenheiro Civil ou Arquiteto, com execução de serviços com quantidades superiores a:**

*i) Serviços de Terraplenagem: área mínima de 9.000 m<sup>2</sup> (metro quadrado);*

*ii) Serviços de Drenagem: 300 m (metro) de tubulações;*

*iii) Serviços de Pavimentação (base e sub base): 360 m<sup>3</sup> (metro cúbico).*



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b.1) Não é obrigatória a apresentação de atestado único que contemple as 03 (três) características (terraplenagem, drenagem e pavimentação).

c) **No caso de consórcio**, as Certidões de Acervo Técnico - CAT's de que tratam o subitem anterior, **poderão ser apresentados por um ou mais profissionais das empresas consorciadas, observando o estabelecido nos subitens anteriores.** Será permitido o somatório dos atestados de capacidade técnico-profissional dos Responsáveis Técnicos dos integrantes do consórcio.

d) outras formas alternativas de comprovar o vínculo do profissional com a empresa contratada:

*d.1) cópia autenticada da Carteira Profissional de Trabalho (CTPS) assinada pela licitante ou da Ficha de Registro de Empregados (FRE), devidamente autenticada pela Delegacia Regional do Trabalho, que demonstrem o vínculo empregatício do(s) profissional(ais) indicado(s);*

*d.2) será admitida, ainda, a comprovação do vínculo profissional por meio de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum, cuja duração seja, no mínimo, suficiente para a execução do objeto licitado. Nos casos em que o contrato possua prazo indeterminado e tenha sido assinado há mais de 180 dias, na data da comprovação, deverá ser entregue também declaração do profissional devidamente assinada;*

*d.3) quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante a comprovação será feita por meio do seu ato constitutivo e Certidão do Conselho Profissional competente, devidamente atualizada.*

e) **Declaração** dos profissionais indicados pela licitante aceitando o exercício da função de Responsável Técnico pelos respectivos serviços, conforme **ANEXO V (Evento [1003646](#))** deste projeto básico.

### **9.5.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**I - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a **boa situação financeira da empresa, de acordo as alíneas**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**deste item**, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir - (art. 31, I, da L. 8.666/93);

**A boa situação financeira da licitante será avaliada por meio dos seguintes comprovações:**

**a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis** referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

**b) Comprovação de Patrimônio Líquido** correspondente a 10% do valor total estimado do Contrato, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União, conforme teor do art. 31, §3º, Lei n. 8.666/93 (**Acórdão TCU n. 2.397/2017-Plenário**).

**c) Relação dos compromissos assumidos pelo licitante** que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta em função do Patrimônio Líquido atualizado e sua capacidade de rotação (art. 31, § 4º, Lei n. 8.666/93).

**Justificativa: Art. 31, § 4º da L. 8.666/93 e Acórdão TCU n. 592/2016 - Plenário:** *4.16 A exigência da relação de compromissos assumidos (item 31.3 do edital) também encontra amparo no art. 31, § 4º da Lei 8.666/93, e tem por finalidade avaliar a real capacidade da empresa de cumprir satisfatoriamente o objeto licitado, considerando os compromissos já assumidos em outros contratos. Ressalte-se que a Lei estabelece que a diminuição da capacidade operativa ou da disponibilidade financeira decorrentes de outros compromissos assumidos deve ser avaliada em relação ao patrimônio líquido da empresa.*

**II - Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial**, expedida pelo setor de distribuição do foro onde fica a sede da pessoa jurídica. Caso seja positiva a certidão de recuperação judicial ou extrajudicial, o Presidente da CPL exigirá que a licitante apresente a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**III - CONSÓRCIOS:** Será permitida o somatório dos quantitativos para efeito de qualificação econômico-financeira das empresas integrantes do consórcio, na proporção de sua respectiva participação (art. 33, III, Lei n. 8.666/93).

### **9.5.5. REGRAS PARA A MATRIZ E FILIAL :**

Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

**I -** Em nome da licitante, e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo:

a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou

b) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

c) serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

d) os atestados de capacidade técnica/responsabilidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) da licitante;

**II -** datados dos últimos 180 (cento e oitenta) dias até a data de abertura do Envelope n. 01, quando não tiver prazo estabelecido pelo órgão/empresa competente expedidor(a); e:

a) não se enquadram no prazo de que trata este item os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade, que é o caso dos atestados de capacidade (responsabilidade) técnica.

### **9.5.6. DECLARAÇÕES DIVERSAS:**

Os licitantes isolados e consórcios também deverão inserir no Envelope n. 01 a manifestação de ciência e concordância com as condições do certame, bem como apresentar declarações legais, conforme modelo constante em anexo próprio do edital da concorrência.

### **9.5.7. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO EMITIDOS EM LÍNGUA ESTRANGEIRA:**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, realizada por Tradutor Juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

### **9.5.8. DA VISITA AO LOCAL DE EXECUÇÃO DA OBRA:**

**I - É facultado ao interessado realizar visita ao local de execução dos serviços até o dia útil anterior à data de apresentação de propostas. As visitas deverão ser agendadas com antecedência de, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas com os servidores da Assessoria de Engenharia - ASSENGE, na Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União, Porto Velho/RO, ou através dos telefones (69) 3211-2028/2119/2072, ou ainda, pelo e-mail [assenge@tre-ro.jus.br](mailto:assenge@tre-ro.jus.br), devendo ser realizadas entre os horários de 11h00 (onze) às 17h00 (dezessete) horas, de segunda a sexta-feira. No pedido de visita deverá constar claramente as datas e os locais onde serão realizadas as visitas;**

**II - É de inteira responsabilidade do interessado a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais estabelecidos;**

**III - O interessado poderá realizar todos os levantamentos julgados necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a não incorrer em omissões, as quais jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços;**

**IV - Os custos de visita aos locais dos serviços correrão por exclusiva conta da interessado;**

**V - Nas datas e horários marcados para visita, o representante da interessada deverá comparecer ao local munido de documento que o identifique e indique como representante da interessada.**

**VI - Não haverá condicionantes, por parte da Administração, que resultem em ônus desnecessário aos interessados e importem restrição injustificada à competitividade do certame, podendo ser**





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

realizada a visita por qualquer preposto da licitante, conforme o **Acórdão TCU 234/2015 - Plenário**.

### **9.5.9. DO JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

Os critérios de julgamento dos documentos da fase de habilitação serão definidos no edital. Independentemente dessas regras os licitantes deverão apresentar os documentos de forma organizada e listados observando a sequência deste projeto básico.

### **9.6. DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA COMERCIAL - ENVELOPE N. 02:**

O ENVELOPE N. 02 pode ser composto, caso necessário, por mais de 1 (um) envelope, desde que todos sejam identificados como ENVELOPE 02, podendo o segundo volume ser identificado com ENVELOPE Nº 02.1; o terceiro como ENVELOPE N. 02.2 e assim sucessivamente - na forma relacionada neste projeto básico.

#### **9.6.1. DAS CONDIÇÕES PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL:**

**I** - A proposta comercial deverá ser apresentada, tanto pelos pelos licitantes isolados como pelos consórcios, no envelope próprio n. 02, em conformidade com o **ANEXO VI (Evento [1003647](#))** deste projeto básico - **Modelo de proposta comercial**, sob pena de sua desclassificação, observando ainda os seguintes elementos:

a) redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricada;

b) fazer menção ao número da concorrência e conter a razão social da licitante, o CNPJ, número(s) de telefone(s) e e-mail e o respectivo endereço com CEP, a indicação do banco, agência e respectivos códigos e o número da conta para efeito de emissão de nota de empenho e pagamentos;

c) indicação dos preços dos serviços, nas condições que constam do **item 9.6.1.1.** deste projeto básico;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d) indicação dos prazos para a execução dos serviços, conforme previsto nas condições que constam do **item 9.6.1.3** deste projeto básico;

e) O valor unitário e total para cada item da proposta, em moeda corrente nacional, sendo o seu valor global expresso em numeral e por extenso;

f) **AS PLANILHAS RESUMO POR ETAPAS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA, PLANILHA ANÁLITICA DOS SERVIÇOS E PLANILHA DE ENCARGOS SOCIAIS**, nos moldes do **ANEXO II (Evento [1003641](#))**;

*f.1) Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.*

*f.2) Na composição dos preços unitários, o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços.*

*f.3) Todos os dados informados pelo licitante em sua Planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.*

*f.4 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pela Comissão, desde que não haja majoração do preço proposto.*

g) **A PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO BDI**, detalhando todos os seus componentes, em valores nominais como também sob a forma percentual, conforme **ANEXO III (Evento [1003642](#))**;

*g.1) Os custos relativos à administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária;*



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*g.2) As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;*

*g.3) Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI, nos termos do art. 9º, II do Decreto 7.983, de 2013 (TCU, Súmula 254);*

*g.4) Licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária;*

*g.5) A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispõe o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;*

*g.6) Será utilizada a taxa de BDI do orçamento base da licitação nos casos de aditivos contratuais incluindo novos serviços, sempre que a taxa de BDI adotada pela contratada for injustificadamente elevada, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e ao art. 14 do Decreto 7.983/2013;*

*g.7) Será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes à administração local relativamente ao andamento físico da obra, nos termos definidos no Projeto Básico e no respectivo cronograma;*

*g.8) Quanto aos custos indiretos incidentes sobre as parcelas relativas ao fornecimento de materiais e equipamentos, o licitante deverá apresentar um percentual*



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*reduzido de BDI, compatível com a natureza do objeto, não superior ao limite indicado no projeto básico;*

h) **O CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**, em conformidade com as etapas, prazos e demais aspectos fixados pela Administração no Projeto Básico, ajustado à proposta apresentada, conforme **ANEXO IV (Evento [1003644](#))**, deve ser observado o prazo de execução 12 (doze) meses.

i) Na formação do preço que constará das propostas dos licitantes, poderão ser utilizados custos unitários diferentes daqueles obtidos a partir dos sistemas de custos de referência previstos no Decreto nº 7.983/2013, desde que o preço global orçado e o de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro do contrato, observado o art. 13, I, do referido Decreto, fiquem iguais ou abaixo dos preços de referência obtidos pela administração pública;

j) O prazo de validade da proposta será de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua entrega, observado o disposto no parágrafo 3º do art. 64 da Lei nº 8.666/93;

k) Em se tratando de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, o encaminhamento da proposta deverá ser feito pela empresa líder;

l) Aconselha-se às licitantes, para que as mesmas executem um minucioso estudo do local, dos projetos e das especificações antes da apresentação da sua proposta, eventuais dúvidas devem contatar a ASSENTE - Item 13.1;

m) Todas as planilhas e composições que alimentam a formação do valor global deverão ser **TAMBÉM** apresentadas em arquivo eletrônico no formato nativo e compatível com o EXCEL, empregando ainda a seguinte fórmula: =ARRED (Coluna Quantitativa\*Coluna de Preço Unitário; 2), bem como que todas as células e abas estejam ativas com suas fórmulas em funcionamento automático. O modelo das planilhas é o disponibilizado no arquivo nativo contido no **ANEXO I (Evento [1003635](#)) - Modelo de detalhamento de proposta**.

n) Quaisquer outras informações julgadas necessárias e convenientes pela licitante.

**II** - As licitantes deverão, para fins de elaboração da proposta, verificar e comparar todos os desenhos fornecidos para execução dos serviços;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) no caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem, ainda, transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, caberá aos interessados formular imediata comunicação escrita à Comissão Especial de Licitação, no prazo estabelecido no Edital, para fins de esclarecimento à Comissão de Licitação;

**III** - Em nenhuma hipótese o conteúdo das propostas poderá ser alterado, seja com relação às características técnicas, marcas, modelos, prazo de entrega, prazos de garantia e preços dos serviços, equipamentos e materiais ou de qualquer outra condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas aquelas destinadas a sanar apenas falhas formais, alterações essas que serão analisadas pela Comissão de Licitação;

a) Serão corrigidos automaticamente pela Comissão de Licitação quaisquer erros de soma e/ou multiplicação, bem como as divergências que porventura ocorrerem entre o preço unitário e o total do item, quando prevalecerá sempre o primeiro;

b) a falta de data e/ou rubrica da proposta somente poderá ser suprida pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes “PROPOSTA” e com poderes para esse fim, sendo desclassificada a licitante que não satisfizer tal exigência; e

c) a falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá, também, ser suprida com aqueles constantes dos documentos apresentados dentro do Envelope n. 01 - DOCUMENTAÇÃO;

### **9.6.1.1. DOS PREÇOS:**

**I** - A licitante deverá indicar os **preços global e de cada uma das etapas** previstas no cronograma físico-financeiro que consta do **ANEXO IV (Anexo [1003644](#))** e, ainda, apresentar as planilhas com as composições dos custos unitários.

a) a licitante deverá indicar o percentual do BDI, detalhando todos os seus componentes, também em forma percentual, conforme item 9.6.1.2 deste projeto básico;

b) na composição de custos unitários a licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas referentes à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços.

**II** - Os quantitativos indicados nas planilhas que integram este projeto básico são meramente estimativos, não acarretando à



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Administração do Tribunal Regional Eleitoral qualquer obrigação quanto a sua execução ou pagamento;

**III** - Nos preços ofertados deverão estar inclusos os encargos sociais e trabalhistas, todos os equipamentos, instrumentos, ferramentas e máquinas necessários ao desenvolvimento dos trabalhos, enfim, quaisquer outras despesas necessárias à realização dos serviços, bem assim, deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos. Os impostos, as taxas, as despesas indiretas e o lucro bruto da licitante deverão estar considerados em item específico-BDI, conforme **Planilha de Quantidades e Preços –ANEXO I (evento [1003635](#)) deste projeto básico;**

a) A cotação apresentada e considerada para fins de julgamento pela Comissão de Licitação será de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, seja para mais ou para menos;

b) Apenas serão aceitas cotações em moeda nacional, ou seja, em Real (R\$), em algarismo arábico e, de preferência, também por extenso, prevalecendo este último, em caso de divergência, desprezando-se qualquer valor além dos centavos.

### **9.6.1.2. DA COMPOSIÇÃO DO BDI (BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS):**

**I** - Observando os preços praticados no local de execução dos serviços, principalmente quanto aos materiais básicos, o licitante deverá fazer a sua composição de **BDI**, incluindo todas as despesas indiretas incidentes na execução dos serviços, tais como: Administração Central, Seguros e Riscos Imprevistos, Despesas Financeiras, ISS, COFINS, PIS, bem como sua estimativa de Lucro;

**II** - O valor do **BDI** não deverá ser incluso no item de serviço, devendo constar na planilha somente após a apuração do somatório de todos os itens de serviços;

**III** - Não poderão ser incluídas na composição do **BDI**, as despesas com administração, mobilização e desmobilização, outras despesas diversas, que devem ser classificadas como custo direto (Acórdão TCU 2029/2008-Plenário);





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**IV** - A fórmula para o cálculo do **BDI**, abaixo demonstrada, também foi pacificada pelo TCU no Acórdão 2622/2013, de acordo com as passagens adiante reproduzidas:

A formação de preços de uma obra tradicionalmente é determinada pelo **somatório dos custos diretos e do BDI** expresso em porcentagem do próprio custo direto. Esse método de precificação depende essencialmente da conceituação do que os orçamentistas consideram custos diretos e BDI. É consenso na engenharia de custos de construção que a expressão básica do **preço de venda de uma obra**, que pode ser explicitada pela seguinte fórmula:

PV = Preço de Venda;

CD = Custo Direto; e

BDI = Benefício e Despesas Indiretas.

Embora essa expressão básica não encontre maiores divergências, o mesmo não se pode afirmar sobre a fórmula de cálculo do BDI. Na literatura especializada, encontra-se uma grande variedade de métodos de cálculo do BDI, situação que foi amplamente evidenciada no tratamento estatístico deste trabalho, em que foi possível identificar mais de 20 diferentes fórmulas de cálculo da taxa de BDI. No presente trabalho, optou-se por adotar a fórmula do BDI indicada no estudo que subsidiou o Acórdão 2369/2011-TCU (alías também adotada pelo Acórdão TCU n. 2622/2013):

### **FÓRMULA:**

$$\text{BDI} = [ \{ 1 + (AC + S + R + G) (1 + DF) (1 + L) \} / (1 - T) ] - 1 ] \times$$

**100**

Em que:

AC = taxa representativa das despesas de rateio da administração central;

R = taxa representativa de riscos;

S = taxa representativa de seguros;

G = taxa representativa de garantias;

DF = taxa representativa das despesas financeiras;

L = taxa representativa do lucro/remuneração; e

T = taxa representativa da incidência de tributos.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Os percentuais correspondentes a formação da Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) estão devidamente demonstrados no itens 1 (BDI) e 4 (Planilha Financeira), do Memorial Descritivo do Orçamento - **ANEXO III (Evento [1003642](#))**, assim formados:

a) BDI Convencional: 25,97 % (vinte e cinco inteiros e noventa e sete centésimos por cento);

b) BDI Diferenciado 1: Serviços Gerais: 19,43% (dezenove inteiro e quarenta e três centésimos por cento).

**VI - Em conformidade com o Acórdão TCU n. 548/2016-Plenário**, a análise isolada de apenas um dos componentes do preço (custo direto ou BDI) não é suficiente para caracterizar o sobrepreço, pois um BDI contratual elevado pode ser compensado por um custo direto ofertado pela licitante abaixo do paradigma, qual seja o valor global, de forma que o preço do serviço contratado esteja abaixo do preço de mercado. Esse exato entendimento constou na ementa do **Acórdão TCU n. 1551/2008 - Plenário**, relatado pelo Ministro Augusto Nardes, veja-se:

*"Não se admite a impugnação da taxa de BDI consagrada em processo licitatório plenamente válido sem que esteja cabalmente demonstrado que os demais componentes dos preços finais estejam superestimados, resultando em preços unitários completamente dissociados do padrão do mercado. Na avaliação financeira de contratos, o controle deve incidir sobre o preço unitário final e não sobre cada uma de suas parcelas individualmente..."*

**VII - Neste sentido, durante a fase da licitação, a Jurisprudência do TCU entende que a desclassificação de proposta de licitante que contenha taxa de BDI acima dos limites considerados neste Projeto Básico só deverá acontecer quando o preço global ofertado também se revelar excessivo, dado que a majoração do BDI pode ser compensada por custos inferiores aos paradigmas, conforme o Acórdão 1804/2012 e 1452/2017, ambos do TCU - Plenário.**

### **9.6.1.3. DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**

I - O Cronograma apresentado na proposta comercial da licitante deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

a) Deve conter a identificação clara de todo o caminho crítico do projeto/empreendimento.

b) Deve ser respeitado o limite anual de disponibilidade orçamentária na distribuição das etapas, conforme quadro abaixo:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11.000.000,00
---------------

c) Deve ser elaborado com o emprego de software específico, Project ou compatível, o qual forneça as informações acima de forma automatizada, bem como a disponibilização do respectivo arquivo nativo.

II - Após o início da execução dos serviços, poderá ser proposta à Comissão de Fiscalização/ Gestão a alteração do cronograma inicial, que será apreciada mediante a apresentação de motivação circunstanciada, independente da não alteração do prazo final de execução da obra, e que resultará no correspondente aditamento do Contrato.

### **9.6.1.4 DOS PRAZOS:**

I - A obra tem o prazo de execução de, no máximo, **12 (doze) meses corridos**, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço pelo Contratante;

a) o prazo para o início da obra será de até **30 (trinta) dias** corridos, contado do recebimento da Ordem de Serviço expedida pelo Contratante;

b) a licitante vencedora não poderá propor prazo inferior para a conclusão da obra, salvo se aceitar o cronograma original de pagamento que consta deste projeto básico;

c) qualquer serviço a ser realizado aos sábados, domingos e feriados, deverá ser previamente comunicado à fiscalização do do contrato;

d) Quaisquer serviços a serem realizados fora dos horários preestabelecidos pela Administração dependerão de prévia e formal comunicação à fiscalização do contrato e não implicarão nenhuma forma de acréscimo ou majoração do preço pactuado para a execução da obra ora licitada, razão pela qual será improcedente a reivindicação de restabelecimento de equilíbrio econômico-financeiro, bem, ainda, “horas-extras” ou “adicionais-noturnos”, uma vez que a licitante vencedora se obrigará a dimensionar o horário dos trabalhos de acordo com os parâmetros apontados neste termo de referência e no edital da Concorrência.

II - O prazo de garantia da obra não poderá ser inferior à 60 (sessenta) meses, contado do Termo de Recebimento Definitivo da obra a ser emitido por Comissão designada pela autoridade competente;

III - A proposta deverá ter a validade mínima de 90 (noventa) dias, contada da data estabelecida no preâmbulo desta



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Concorrência para o recebimento dos envelopes “Documentação” e “Proposta”;

**IV** - Caso os prazos estabelecidos nas condições anteriores não estejam expressamente indicados na proposta, esses serão considerados como aceitos para efeito de julgamento;

**V** - O prazo previsto na alínea "a" do I deste subitem, poderá ser excepcionalmente prorrogado, quando solicitado pela licitante vencedora, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, devidamente comprovado e aceito pela Administração do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia;

**VI** - Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, ou seja, 90 (noventa) dias, e caso persista o interesse do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, poderá ser solicitada prorrogação geral da validade referida a todas as licitantes classificadas, por igual prazo, no mínimo;

**VII** - Decorridos 60 (sessenta) dias da data do recebimento e início da abertura dos envelopes, sem a solicitação ou a convocação de que trata o inciso anterior deste subitem e o item 10.1. IV, deste PB, respectivamente, as licitantes ficam liberadas dos compromissos assumidos;

### **9.6.2. DA DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:**

**I** - Após a análise das propostas, serão desclassificadas, com base no artigo 48, incisos I e II da Lei n. 8.666/93, as propostas que apresentarem preços excessivos ou com valor global superior ao limite estabelecido **ou** com preços manifestamente inexeqüíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto e não atenderem às exigências contidas no edital da Concorrência;

**II** - Consideram-se manifestamente inexeqüíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) **do menor** dos seguintes valores:

a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração; ou

b) valor orçado pela Administração.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**III** - Das licitantes classificadas na forma das alíneas “a” e “b” da condição prevista no inciso anterior deste subitem cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas “a” e “b” desta condição, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de **GARANTIA ADICIONAL**, dentre as modalidades previstas no § 1º do art. 56, igual a diferença entre o valor resultante do item anterior e o valor da correspondente proposta (**art. 48, § 2º, L. 8.666/93**);

a) a garantia adicional deverá ser apresentada juntamente com a garantia contratada.

**IV** - Quando todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão de Licitação poderá fixar às licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação e/ou de outras propostas, escoimadas das causas referidas na condição anterior.

### **9.6.3. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:**

#### **9.6.3.1. ANÁLISE DE CONFORMIDADE:**

**I** - Após analisar a conformidade das propostas com o estabelecido neste termo de referência e no edital da Concorrência e seus Anexos será declarada como mais vantajosa para a Administração a oferta de **menor preço global**;

**II** - À Comissão de Licitação, além do recebimento e exame das propostas, caberá o julgamento da obediência às condições aqui estabelecidas, bem, ainda, em seus Anexos, e a decisão quanto às dúvidas ou omissões deste projeto básico.

#### **9.6.3.2. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS:**

De Acordo com a Lei n. 8.666/93:

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

...

X - o **critério de aceitabilidade dos preços unitário e global**, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48; (sem destaque no original)

Referido comando, reiteradamente reafirmado pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União, foi sumulado no ano de 2010:

### **Decisão 253/2002:**

5. ... Não é demais frisar, como informado no Relatório, que a 1ª Câmara do TCU, ao apreciar o TC-926.037/1998-6, de relatoria do Ministro Humberto Souto (Decisão n.º60/1999), já se manifestou no sentido de que o estabelecimento dos critérios de aceitabilidade de preços unitários, com a fixação de preços máximos, ao contrário do que sugere a interpretação literal da lei, é obrigação do gestor e não sua faculdade.”

8.1. determinar à AHIMOC, ... faça constar do edital critérios de aceitabilidade de preços unitário e global, com a fixação de preços máximos, tendo por referência os preços de mercado e as especificidades do objeto licitado;

### **SÚMULA 259/2010:**

“Nas contratações de obras e serviços de engenharia, a definição do critério de aceitabilidade dos preços unitários e global, com fixação de preços máximos para ambos, é obrigação e não faculdade do gestor.”

Contudo, essa regra geral encontra ressalvas nas situações do **critério de julgamento pelo menor preço global**. Nessa hipótese, o TCU pacificou o entendimento que não se deve desclassificar automaticamente licitante que apresentou melhor proposta por violar o critério de aceitação dos preços unitários, na forma prevista no edital. Veja-se:

### **Acórdão 2767/2011-Plenário:**

1. Não obstante a necessidade de fixação de critérios de aceitabilidade de preços unitários em licitação do tipo menor preço global, **a desclassificação de proposta com base nesses critérios deve-se pautar pelos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.**

2. **É indevida a desclassificação, fundada em interpretação extremamente restritiva do edital, de proposta mais vantajosa para a Administração, que contém um único item, correspondente a uma pequena parcela do objeto licitado, com valor acima do limite estabelecido pela entidade.** (sem destaque no original)

Por sua vez, tem-se ainda o Decreto Federal n.º 7.983/2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

dos orçamentos da União e que, aos dispor das contratações em regime de empreitada por preço global, assim definiu:

Art. 11. Os critérios de aceitabilidade de preços deverão constar do edital de licitação para contratação de obras e serviços de engenharia

(...)

Art. 13. Em caso de **adoção dos regimes de empreitada por preço global** e de empreitada integral, deverão ser observadas as seguintes disposições para **formação e aceitabilidade dos preços**:

I - na formação do preço que constará das propostas dos licitantes, poderão ser utilizados custos unitários diferentes daqueles obtidos a partir dos sistemas de custos de referência previstos neste Decreto, desde que o preço global orçado e o de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro do contrato, observado o art. 9º, fiquem iguais ou abaixo dos preços de referência da administração pública obtidos na forma do Capítulo II, assegurado aos órgãos de controle o acesso irrestrito a essas informações; e

II - deverá constar do edital e do contrato cláusula expressa de concordância do contratado com a adequação do projeto que integrar o edital de licitação e as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, dez por cento do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto no [§ 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993](#).

Parágrafo único. **Para o atendimento do art. 11, os critérios de aceitabilidade de preços serão definidos em relação ao preços global e de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro do contrato, que deverão constar do edital de licitação.** (sem destaques no original)

Por sua vez, **Marçal** distingue os dois momentos distintos trazidos pelos **incisos IV e V do art. 43 da Lei n. 8.666/93** para o processo de julgamento das propostas, sendo que no primeiro são julgadas os requisitos formais previstos no edital e, no segundo, definida a classificação das propostas, também de acordo com as regra do edital. Veja-se:

### *20.3) Desclassificação das propostas*

A comissão deverá divulgar o resultado do julgamento das propostas, discriminando as desclassificadas e as classificadas. As propostas desclassificadas são ignoradas no que toca a seu conteúdo. **A desclassificação significa uma decisão preliminar, que exclui de consideração uma proposta, por não corresponder às exigências da lei ou do edital**, como se examinará nos comentários aos arts. 44, 45 e 48.

**As propostas remanescentes serão examinadas pela Comissão, que julgará sua vantajosidade.**

Nesse ponto e de passagem, pode apontar-se uma dificuldade terminológica, que usualmente passa despercebida. O vocábulo “classificação” possui dois sentidos que devem ser diferenciados, para evitar confusões conceituais. **O exame das propostas envolve duas tarefas distintas.** Uma delas consiste no exame da compatibilidade das propostas com a lei e o ato convocatório. As propostas desconformes serão eliminadas (*desclassificadas*). As que estiverem conformes serão mantidas no certame e, sob um certo ângulo, poderiam ser ditas como “classificadas”. Mas o



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

vocabulo significa, nesse ponto, apenas que essas propostas preenchiam os requisitos mínimos de admissibilidade. Passa-se, então, ao exame da vantajosidade das propostas. O resultado é a organização das propostas em uma relação em ordem decrescente de vantajosidade. Essa atividade também pode ser identificada como “classificação”.

Ou seja, o vocabulo “classificação” pode ser utilizado tanto para referir-se à primeira etapa da fase de julgamento como para indicar a segunda. Pode indicar quer a atividade de exame das condições de admissibilidade da proposta como a avaliação da vantagem que apresentam.

*Jurisprudência do TCU*

*“6. Como sabido, nos termos do art. 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993, a licitação deve ser processada e julgada com observância do procedimento de verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e com os preços correntes do mercado, os quais deverão ser registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis.” (Acórdão nº 8.663/2011, 2ª C., rel. Min. Augusto Sherman Cavalcanti)*

.....

### *21) Julgamento e classificação das propostas (inc. V)*

Utilizando-se dos critérios previstos no edital, a Comissão deverá julgar as propostas. Objetivamente, promoverá a classificação das propostas em ordem decrescente de vantajosidade.

**A fase de julgamento culmina com uma classificação**, na qual a Comissão distingue as propostas segundo as vantagens apresentadas. A classificação significa arrolar as propostas segundo uma ordem decrescente de vantajosidade. Assim, a proposta classificada em primeiro lugar é considerada vencedora.

Caberá recurso contra a decisão. Se houver pluralidade de envelopes, caberá recurso contra a decisão que apreciar o conteúdo de cada envelope. Não é válida a determinação de que caberá recurso apenas contra a decisão final, o que contraria a própria natureza procedimental da licitação. ((Justen, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 15ª edição. São Paulo. Editora Dialética, 2012)

Em função da legislação, da orientações do TCU, defendida também pela segura doutrina de Marçal, **DEVERÁ SER OBSERVADO O SEGUINTE PROCEDIMENTO PARA A ACEITABILIDADE DOS PREÇOS:**

**I** - Os preços máximos de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro para a execução do objeto desta projeto básico são os definidos no orçamento de referência (Parágrafo único do art. 13 do Decreto 7.983/2013);

**II** - Na formação do preço que constará das propostas dos licitantes, poderão ser utilizados custos unitários diferentes daqueles obtidos a partir dos sistemas de custos de referência adotados por este Projeto Básico, desde que o preço global orçado e o de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro do contrato, incluído o



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

valor correspondente ao BDI, fiquem iguais ou abaixo dos preços de referência adotados pela Administração licitante (**art. 13, I, Decreto 7.983/2013**);

**III** - Na Composição do Custo Unitário deverão constar obrigatoriamente as seguintes informações:

- a) nome do item de serviço;
- b) descrição dos itens de composição;
- c) unidade do item de composição;
- d) coeficiente do item de composição;
- e) valor unitário e total do item de composição;
- f) somatório dos materiais e equipamentos;

g) somatório de mão de obra: Na apuração dos valores de mão de obra deverão ser considerados os valores dos salários estabelecidos na Convenção Coletiva da categoria com encargos complementares;

h) valor dos Encargos Sociais e seu respectivo coeficiente;

i) valor total do item de Serviço sem **BDI**.

**IV** - A Comissão de Licitação realizará análise dos preços unitários cotados pela licitante classificada em primeiro lugar na competição. Caso haja divergência entre o preço unitário apresentado na planilha de preços e aquele apresentado na composição de custos, prevalecerá sempre esse último. a Comissão de Licitação poderá solicitar a relação da marca e do modelo dos materiais considerados na composição dos preços ofertados;

**V** - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista na Concorrência, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, preço ou vantagem baseados nas ofertas das demais licitantes;

**VI**- Não se admitirá proposta que apresentar preços global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que a Concorrência não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**VI** - Caso os preços unitários da licitante classificada em primeiro lugar estejam de acordo com as regras deste projeto básico e do



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

edital da concorrência, a licitante será declarada vencedora do certame pelo critério do menor preço global;

**VIII** - Caso a proposta seja recusada, será analisada a proposta da licitante classificada em segundo lugar, repetindo-se o procedimento até a obtenção de uma proposta julgada aceitável, se houver.

## **10. DO CONTRATO**

### **10.1. FASE DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO:**

**I** - Nos termos do artigo 62 da Lei n. 8.666/93 será celebrado contrato regulando a relação entre a Administração Contratante e o Contratado;

**II** - No ato da assinatura do contrato deverá ser comprovada a regularidade da adjudicatária com os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça. Em qualquer caso, na hipótese de comprovação de irregularidades impeditivas à contratação, a adjudicatária deverá regularizar sua situação em até 05 (cinco) dias;

**III** - Verificada a conformidade das condições e dos documentos exigidos para a contratação, a Administração disponibilizará por e-mail um canal eletrônico de comunicação de dados (link), para que o adjudicatário realize, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, após a solicitação da Seção de Contratos do TRE-RO, o cadastramento de seu representante legal no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO e apresente os documentos solicitados;

**IV** - Após a realização do cadastro pelo adjudicatário e sua liberação pela Seção de Contratos do TRE-RO, o adjudicatário será convocado (por e-mail automático ou outra forma idônea) para assinar o instrumento de contrato (art. 64 da Lei n. 8.666/93);

**V** - O adjudicatário terá prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o instrumento de contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Seção;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**VI** - Na eventualidade de problemas na utilização do SEI do TRE-RO, a Seção de Contratos do TRE-RO remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do instrumento de contrato, para impressão, assinatura e devolução direta ou pela via postal, sendo que, nessa situação, contar-se-á o prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a partir do efetivo recebimento do e-mail enviado ao adjudicatário, cujo prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração (§ 1º do art. 64 da Lei n. 8.666/93);

**VII** - O contratado deverá fornecer, no mínimo, 02 (dois) números telefônicos e 01 (um) endereço de correio eletrônico válido para servirem como canais de comunicação entre seu representante legal e a Administração contratante, por meio de seu fiscal/gestor designado, podendo ser utilizado outro meio de comunicação, desde que seja efetivamente utilizado pelo preposto do contratado. Os dados devem ser mantidos atualizados pelo e-mail **assenge@tre-ro.jus.br**;

**VIII** - Integrarão o contrato, para todos os efeitos legais o edital do certame e seus Anexos, a proposta vencedora do contratado, seus anexos e documentações técnicas, independentemente de transcrição;

**IX** - Com a assinatura do contrato a contratada se obriga a realizar o objeto da licitação nas condições, preços e prazos estabelecidos pelas regras contratuais, no edital do certame e seus anexos e na sua proposta, sob pena da aplicação das sanções legais, editalícias e contratuais;

**X** - O descumprimento injustificado, pela adjudicatária, das obrigações estabelecidas nesta Seção implicará a decadência do direito à contratação, sujeitando-se, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 62, § 2º c/c 81 da Lei n. 8.666/93). Nessa situação os demais contratantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições do adjudicatário (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93).

### **10.2. PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES:**

#### **10.2.1. PREVIAMENTE À ASSINATURA DO CONTRATO, DEVERÁ O CONTRATADO:**

**I** - Será consultada a regularidade com os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais. Também será consultada



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

sua situação no Conselho Nacional de Justiça. Na hipótese de comprovação de irregularidades impeditivas à contratação a adjudicatária deverá regularizar sua situação em até 05 (cinco) dias;

**II -** Comprovar junto à Gestão/ Fiscalização, se ainda não o fez, o vínculo dos profissionais indicados no certame licitatório como responsáveis técnicos, conforme teor do art. 30, II, da Lei n. 8.666/93;

a) a eventual substituição dos profissionais apenas será admitida por motivos relevantes comprovados e justificados e aceitos pela Administração - por outros que detenham as qualificações exigidas na licitação, todas acompanhadas das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT, emitidas pelo CREA/CAU (art. 30, § 10, da L. 8.666/93). De acordo com a **Lei n. 13.303/2016:**

**Art. 78. ....**

§ 3º As empresas de prestação de serviços técnicos especializados deverão garantir que os integrantes de seu corpo técnico executem pessoal e diretamente as obrigações a eles imputadas, quando a respectiva relação for apresentada em procedimento licitatório ou em contratação direta.

b) caso não comprove os vínculos referidos neste inciso até a assinatura do contrato, será concedido ao contratado **o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados desse ato**, sendo que seu descumprimento injustificado poderá ensejar a perda definitiva do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções legais previstas no edital;

**III -** Designar **preposto**, por meio de **carta de preposição** caso esse não seja o representante legal da empresa, com amplos poderes para representá-la formalmente durante a prestação dos serviços, em todos os assuntos operacionais e administrativos relativos ao objeto.

a) a Carta de Preposição do Contratado deverá outorgar amplos poderes de representação ao preposto para representá-lo perante o Contratante, devendo conter ainda endereços, telefones (fixo e celular) para contato entre a Administração com o contratado e com o preposto. Os dados devem ser mantidos atualizados pelo Contratado pelo **e-mail assenge@tre-ro.jus.br**.

b) **Das regras para designação do Preposto:** O contratado poderá indicar como preposto um membro da equipe técnica responsável pela prestação dos serviços, podendo o contratante recusá-lo e pedir sua substituição em razão de perfil inadequado. **São atribuições do preposto:**





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*b.1) supervisionar os serviços e garantir que os profissionais cumpram os prazos e condições previstos no contrato;*

*b.2) consolidar em relatório único todas as ocorrências relacionadas a cada uma das etapas, destacando no relato os pontos relevantes, as eventuais inconformidades identificadas e a interrelação entre eles;*

*b.3) comunicar aos responsáveis técnicos o agendamento de reuniões com o contratante, zelando pelo comparecimento daqueles que devam dela participar.*

### **10.2.2. POSTERIORMENTE À ASSINATURA DO CONTRATADO, DEVERÁ O CONTRATADO:**

**I - Comprovar, se ainda não o fez, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após a assinatura do contrato, o(s) vínculo(s) do(s) profissional(is) indicado(s) no certame licitatório como responsável(is) técnico(s), art. 30, L. 8.666/93, sendo que seu descumprimento injustificado poderá ensejar a perda definitiva do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções legais previstas neste projeto básico e no edital da concorrência;**

a) o contratado responsabilizará-se, de **forma solidária**, pela regularidade dos projetos executados por seu(s) responsável(is) técnico(s), art. 70, Lei n. 8666/93. Sobre o tema, cita-se excerto das **Orientações para elaboração de planilhas orçamentárias de obras públicas**/Tribunal de Contas da União, Coordenação-Geral de Controle Externo da Área de Infraestrutura e da Região Sudeste. – Brasília : TCU, 2014, p. 16:

*"A Lei n. 5.194/1966 regula o exercício da profissão de engenheiro, estabelecendo que os estudos, plantas, projetos, laudos e qualquer outro trabalho de engenharia, seja público ou particular, somente poderão ser submetidos ao julgamento das autoridades competentes e só terão valor jurídico quando os autores forem profissionais habilitados de acordo com essa lei";*

b) a ART/RRT/TRT deverá ser emitida de acordo com resolução do respectivo Conselho de Classe;

c) a autoridade competente poderá, ouvido o fiscal/gestor do contrato, prorrogar, por prazo razoável, em razão da impossibilidade



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

justificada e comprovada de emissão das ART/RRT/TRT no prazo inicialmente previsto neste inciso;

d) o contratado e seus profissionais obrigam-se a preservar os direitos autorais dos titulares dos projetos recebidos para análise, em cumprimento ao art. 17 da Lei n. 5.194/66.

**II - Comprovar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis**, após a assinatura do contrato, que **dispõe dos equipamentos e ferramentas necessárias à execução dos serviços**, inclusive das licenças dos *softwares* de sua propriedade compatíveis com a execução dos serviços - art. 30, II c/c o § 6º do mesmo artigo, da L. 8.666/93;

**III - Apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis**, após a assinatura do contrato, **garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato**. Caso a proposta da contratada tenha sido aceita sob a condição de apresentação de **garantia adicional** prevista no art. § 2º do art. 48 da Lei n. 8.666/93, a garantia contratual será correspondente a 6% (seis por cento) do valor total do contrato, nos dois casos na forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, §1º, da Lei n. 8.666/93, a saber:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

b) seguro-garantia;

c) fiança bancária **emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão n. 2467/2017 – TCU – Plenário)**.

d) a garantia poderá cobrir eventuais prejuízos ocasionados na prestação de serviços pelos agentes do contratado, assegurar o pagamento de eventuais penalidades pecuniárias impostas pela Administração e não quitadas pelo contratado, além de outras situações que justifiquem o acionamento da cobertura;

e) o descumprimento injustificado dessa obrigação poderá ocasionar a aplicação de sanções administrativas e a rescisão do contrato, independentemente de a contratada ter iniciado ou não a execução dos serviços.

**IV - Apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis**, contados da assinatura do contrato, seguro contra riscos de engenharia e



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

responsabilidade civil profissional, com validade para todo o período de execução da obra, o qual deverá cobrir eventuais prejuízos pelos eventos de risco a ela imputados de forma exclusiva, descritos no ANEXO VII (Evento xxx) deste projeto básico. Em caso de sinistros não cobertos pelo seguro contratado, a contratada responderá pelos danos e prejuízos que, eventualmente, causar à coisa pública, propriedade ou posse de terceiros, em decorrência da execução da obra. Conforme Acórdão TCU 1465 2013 e, ainda a Portaria - TCU 128, de 14 de maio 2014.

**V - Apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis,** após a assinatura do contrato, **seguro coletivo contra acidentes de trabalho,** com validade para todo o período de execução dos serviços, correndo a sua conta as despesas não cobertas pela respectiva apólice, **sem prejuízo do seguro obrigatório contra acidentes de trabalho** previsto no art. 7º, XXVIII, da Constituição Federal e regulado pelas Leis n. 8.212, de 24/07/1991 e n. 8.213, de 24/07/1991;

**VI - Realizar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis,** após a assinatura do contrato, a transferência do Alvará provisório de licença da Construção para sua titularidade. Na eventualidade da contratada não conseguir obter da municipalidade de Porto Velho, a transferência do alvará no prazo indicado neste inciso, esta deverá comprovar que requereu a medida em tempo hábil e informar, por escrito, eventuais solicitações de diligências solicitadas pelo órgão competente para essa finalidade.

**VII - Participar de reunião inicial presencial com a presença obrigatória do representante legal da contratada, do preposto e do coordenador técnico indicado para os serviços, em data agendada entre as partes,** na busca de elucidar todas as eventuais dúvidas existentes, traçar um plano mínimo de trabalho para a execução da obra, alertar para o cumprimento rigoroso das obrigações e prazos contratuais, além de outros aspectos, evento no qual deverá ser registrado de forma clara e direta a medida de rescisão unilateral imediata do contrato em face de descumprimentos iniciais que possam levar ao descumprimento do cronograma de execução da obra no exercício, na qual será deliberado, ainda, o prazo para elaboração, pelo contratado, do **Projeto de Gerenciamento de Resíduo de Construção Civil - PGRCC**, nas condições determinadas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, através da Resolução n. 307, de 5 de julho de 2002, que deverá ser estruturado em conformidade com o modelo especificado pelos órgãos competentes.

**a) DAS DEMAIS REUNIÕES:** As reuniões serão presencias ou por meio de videoconferência.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### ***a.1) Reuniões Presenciais:***

i) obrigatoriamente, o contratado deverá participar de uma reunião inicial presencial para alinhar aspectos administrativos e a dinâmica da execução dos serviços;

### ***a.2) Reuniões por meio de videoconferência:***

i) sempre que necessário, contratante ou contratado poderão convocar reuniões suplementares;

ii) as videoconferências serão operacionalizadas, preferencialmente, pelo ambiente **MEET** do **GOOGLE** ou **outra ferramentas que a Administração Pública tiver à disposição**, devendo a contratada viabilizar o seu acesso à referida ferramenta;

iii) na situação de eventuais impedimentos técnicos para a realização das videoconferências no ambiente indicado, poderão - desde que acordado previamente pelas partes - ser utilizadas outras ferramentas de tecnologia que garantam a qualidade dos eventos;

### **b) Regras gerais sobre as reuniões:**

i) nas reuniões é obrigatória a presença dos responsáveis técnicos dos serviços de execução dos projetos;

ii) todas as reuniões serão agendadas e acordadas previamente entre as partes;

iii) todas as reuniões serão registradas em ata, minutada pelo contratado responsável pela execução dos projetos, da qual constará, além de outros elementos, o nome de seus participantes, os encaminhamentos e deliberações sobre os temas discutidos. A ata será enviada ao contratante e anexada ao processo administrativo relativo à gestão da contratação e assinado por todos os representantes das partes;

iv) tratando-se de reunião por meio de videoconferência o evento será gravado pelo contratado e enviado ao contratante em meio digital;

v) todas as reuniões serão secretariadas por um agente do contratado, responsável pelo envio da ata aos interessados;

vi) quando da apresentação dos relatórios o contratado deverá fazer referência às deliberações tomadas entre as partes nas reuniões realizadas, indicando as respectivas atas ou as datas das videoconferências;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

vii) os relatórios produzidos pelo contratado constituem uma obrigação independente e não serão considerados, sob qualquer justificativa, como reunião entre as partes;

viii) o responsável técnico indicado pelo contratado deverá participar de reuniões, presencialmente ou de forma virtual, através de vídeo chamadas, sempre que convocadas pelo contratante, previamente agendadas, e sempre que existirem dúvidas que necessariamente devem ser sanadas antes da execução ou, na impossibilidade, imediatamente após a identificação da situação duvidosa;

ix) com a finalidade de facilitar a troca de informações, especialmente com imagens fotográficas e vídeos, será criado um **grupo utilizando o aplicativo whatsapp** do qual integração, no mínimo, o Assessor de Engenharia - ASSENGE, o fiscal da contratação, o responsável técnico das atividades, podendo receber outros integrantes se assim julgado necessário.

### **10.2.3. POSTERIORMENTE À EMISSÃO DA ORDEM DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

**I** - Apresentar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** após a emissão da ordem de execução de serviços, o registro do contrato de execução da obra no conselho de classe respectivo para fins de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), conforme Lei n. 6.496/77 e Lei n. 12.378/2010 e resoluções dos respectivos conselhos de classes;

**II** - Registrar a obra no **prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do início das atividades de construção** no Cadastro Nacional de Obras - CNO. Esse cadastro é o banco de dados gerenciado pela Receita Federal que armazena informações cadastrais de obras de construção civil e de seus responsáveis. O cadastro é necessário para que se possa cumprir as obrigações tributárias (entregar declarações e realizar pagamentos) e, ao final da obra, obter a certidão de regularidade fiscal relativa à obra. Tal certidão será exigida para averbar a construção no registro de imóveis. Substitui as antigas matrículas do CEI (Cadastro Específico do INSS) - fonte: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/construcao-civil/cno>;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **10.3. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

**I - Do Prazo de Vigência:** O prazo de vigência do contrato será de **15 (quinze) meses**, contados da data da assinatura do contrato.

**II - Do Prazo de Execução:** O prazo de execução dos serviços será de **12 (doze) meses**, contados da data do recebimento da ordem de serviços.

a) de acordo com o **art. 57, § 1º da Lei n. 8.666/93**, os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

i) alteração do projeto ou especificações, pela administração;

ii) superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

iii) interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

iv) aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

v) impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

vi) omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis;

vii) toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

### **10.4. DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO:**

**I - O contrato poderá ser objeto de alterações nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei n. 8.666/93.**





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**II** - Na forma do inciso II do art. 13 do Decreto Federal n. 7983/2013, constará do contrato cláusula expressa de concordância da contratada com a adequação do projeto que integrar o edital de licitação, sendo que as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto, **não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato**, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto no § 1º do art. 65 da Lei n. 8.666, de 1993.

### **10.5. DO EVENTUAL REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO:**

**I** - É permitido o reequilíbrio econômico financeiro nos casos previstos no item "d", II, do art. 65 da Lei n. 8.666/93;

**II** - **É vedado o reequilíbrio**, ou adoção de tabela do SINAPI diferente da inicialmente contratada, quando houver alteração do regime tributário ao qual a contratada está sujeita, por não se tratar esta hipótese de fato imprevisível, ou previsível porém de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do ajustado, ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe previsto no art. 65, II, "d", da Lei n. 8.666/93.

### **10.6. DO REAJUSTE DOS PREÇOS CONTRATADOS**

**I** - Trata-se de contrato de escopo com previsão de prestação de serviços pelo prazo de 12 (doze) meses; contudo, considerando-se que a data-base do orçamento foi fixada em março/2023 e, ainda, a eventual ocorrência de situações, sem culpa da contratada, que exija a prorrogação de prazos, os valores contratados poderão ser reajustados na forma definida neste projeto básico;

**II** - Em conformidade com a **Lei n. 10.192/2001** e dos **Acórdãos n. 1238/2016 e 1381/2018**, **ambos do Plenário do TCU e ainda o PARECER n. 00004/2019/CPLC/PGF/AGU**, de 23/9/2019 - os preços contratados **PODERÃO** ser reajustados após o período de 01 (um) ano contados de MARÇO/ 2023, data-base do orçamento dos preços de referência, será adotado o Índice Nacional da Construção Civil - INCC, observadas as seguintes regras:

a) **o reajuste não será aplicado nos serviços realizados no período apuratório**. Isso porque a emissão de boletim de medição



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ocorreria posteriormente à data do reajuste e, conseqüentemente, haveria uma parcela dos serviços medidos, executados na vigência dos preços originais e que receberiam indevidamente a incidência de reajuste. Considerando que desde o início do contrato se sabe a data em que ele poderá ser reajustado, a execução de medição a ser realizada na data do reajuste identificará todos os serviços executados sob a vigência dos preços originais, ou anteriores, caso não se trate do primeiro reajuste;

**b) o reajuste será aplicado aos novos serviços incluídos no período apuratório, desde que tenha sido observada a data-base do orçamento vigente:**

b.1) caso o **novo serviço** não esteja contemplado pelo SINAP na data-base, os preços podem ser obtidos diretamente por meio de pesquisa de mercado, realizada em data diferente da data-base do reajuste. **Nesses casos, o preço do novo serviço será deflacionado para a data-base do contrato pelo mesmo índice de reajuste contratual.**

**c) serviços executados com atraso**, de acordo com o **Decreto Federal n. 1.054/94**, ocorrendo atraso atribuível ao contratado na execução das obras ou serviços, o reajuste obedecerá as seguintes condições:

*c.1) se houve majoração dos preços referenciais aplicáveis aos reajustes, prevalecerão aqueles vigentes nas datas previstas para a realização do fornecimento ou a execução dos serviços da obra;*

*c.2) se houve majoração dos preços referenciais aplicáveis aos reajustes, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que realizado o fornecimento ou executados os serviços;*

*c.3) Se houver prorrogação regular do contrato **oriunda de fator alheio à vontade do contratado**, que exigiu reformulação do cronograma físico-financeiro da obra, prevalecerão os índices vigentes nas novas datas previstas para a realização do fornecimento ou para a execução da obra ou serviço.*

**d) Os pedidos de reajustes deverão ser instruídos com as planilhas contendo a descrição dos serviços executados e os valores a serem**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

reajustados, as quais serão submetidas à manifestação da fiscalização e da gestão do contrato e posterior deliberação da autoridade administrativa.

**III** - A relação de equivalência e proporcionalidade entre o valor da proposta vencedora, que determinou o preço contratado, representada pelo percentual em relação ao valor de referência da licitação deverá ser mantida durante todo o período de vigência do contrato (**Acórdão TCU n. 2622/2013 - Plenário**). Sobre a manutenção da equivalência dos termos financeiros da proposta tem-se também a regra prevista no Decreto Federal n. 7.983/2013:

Art. 14. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

### **10.7. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**10.7.1.** O contrato administrativo possui natureza *intuitu personae*, ou seja, é personalíssimo, devendo ser executado, em regra, pelo próprio contratado. O contrato é firmado em razão das condições pessoais do contratado verificadas na licitação. Por isto, é vedada a subcontratação, cedência ou transferência da execução do objeto, no todo ou em parte, a terceiro, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE, sob condição de rescisão do contrato, nos termos do art. 78, VI, da lei n. 8.666/93.

### **10.8. DA EMISSÃO DA ORDEM DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

**I** - São condições para a emissão da Ordem de Execução dos Serviços - OES, a apresentação da adjudicatária e contratada de todos os documentos para comprovação das obrigações listadas no item **10.2.1. (PREVIAMENTE À ASSINATURA DO CONTRATO)** e **10.2.2. (POSTERIORMENTE À ASSINATURA DO CONTRATADO)** deste projeto básico, além de cumprir o prazo do **item 10.12.1, I**, deste Projeto Básico;

**II** - Previamente ao início da execução dos serviços, o contratado, representado pelo preposto e pelo responsável técnico, deverá participar de reunião, presencial ou por vídeo conferência, para dirimir dúvidas e orientar as execuções;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**III** - Apresentadas as comprovações exigidas pelos dispositivos referidos no incio I desta seção, será expedida a Ordem de Execução dos Serviços - OES.

**IV** - O prazo de início da execução da obra será contado a partir do efetivo recebimento da Ordem de Execução dos Serviços pelo contratado.

### **10.9. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

**I** - Os serviços deverão ser executados conforme as especificações definidas nos projeto executivos, planilhas orçamentárias e demais anexos, cabendo ao contratado total responsabilidade por sua perfeita execução, sem quaisquer ônus adicionais ao Contratante;

**II** - A execução dos serviços deverão observar rigorosamente ainda:

a) as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, sempre que aplicável a um serviço a ser executado;

b) as disposições legais da União, do Estado de Rondônia e dos Município de Porto Velho, quando aplicáveis;

c) aos regulamentos dos conselhos de classes profissionais;

d) outras normas aplicáveis.

**III** - Na hipótese de divergência entre as plantas e as especificações técnicas da obra, prevalecerá o constante das especificações técnicas;

**IV** - O contratado ficará obrigada a executar fielmente os serviços programados nas especificações, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância dos agentes do TRE-RO;

**V** - A contratada deverá seguir rigorosamente os prazos assinalados pela respectiva ordem de serviço;

**VI** - A gestão da mão de obra necessária à realização dos serviços objeto deste Projeto Básico é de total responsabilidade do contratado;

**VII** - Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser novos, comprovadamente de primeira linha, de qualidade extra ou superior e certificados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia INMETRO. Serão rejeitados os classificados como linha popular ou econômica. Previamente ao emprego, deverão ser submetidas



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

amostras de todos os materiais para análise pela fiscalização do contrato. Tratando-se de produtos de procedência estrangeira, o contratante poderá exigir do contratado a apresentação, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da entrega dos equipamentos e materiais, dos documentos relativos à importação.

**VIII -** O serviços deverão ser executados, em regra, de **segunda-feira à sexta-feira, das 08:00 às 17:00 horas**. Contudo, considerando a natureza do serviço ou a impossibilidade de execução nesse período ou horário, a critério do gestor/fiscal do contrato, os serviços poderão ser executados em horários diversos, nos finais de semana, feriados ou no mesmo período noturno;

**IX -** A execução dos serviços relativos a cada OES será acompanhada por um ou mais profissionais designados pelo contratante para a fiscalização;

**X -** A execução de serviços **não** autorizados e aprovados pelo contratante, mesmo que acarretem ônus financeiros inicialmente não previstos, serão absolutamente desconsiderados da obrigação de pagamento, não cabendo ao contratado qualquer alegação sobre sua remuneração.

**XI -** A contratada deverá manter no local da obra, durante a sua execução:

a) **01 (um) engenheiro residente em tempo integral, inscrito no CREA e aceito pela Administração do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, que na ausência do responsável técnico, se não for o próprio, irá representá-la sempre que for necessário;**

b) **01 (um) encarregado-geral dos serviços para orientar, coordenar, acompanhar, supervisionar e dar ordens ao contingente alocado e resolver quaisquer questões pertinentes à execução do serviço, para correção de situações adversas e para o atendimento das solicitações da Comissão de Fiscalização;**

*b.1) encarregado-geral: Com experiência apropriada para os serviços, indicado até a data da assinatura do expediente da Ordem de Serviço, devendo estar permanentemente no local de realização dos serviços. Engenheiro Civil e/ou Profissional Habilitado, com a função de responsável técnico, para coordenar a equipe e assumir a direção, programação e o controle da execução do objeto deste*



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

***Projeto Básico, devendo estar(em) presente(s) no momento da execução dos principais serviços;***

**c) pessoal devidamente qualificado e demais elementos necessários à perfeita execução dos serviços, cumprindo fielmente as visitas do responsável técnico determinadas pela Comissão de Fiscalização.**

### **10.10. DO RECEBIMENTO DA OBRA**

**I** - Executado o contrato, o seu objeto será recebido, na forma definida nesta seção.

#### **10.10.1. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO:**

**I** - Será expedido **TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO - TRP** pela Comissão de Fiscalização da Obra, em até 15 (quinze) dias, contados da comunicação escrita da contratada que o objeto foi executado conforme o projeto básico (desenhos, memoriais descritivos e especificações técnicas), vinculado ao contrato, conforme definido no art. 73, I, alínea "a", da Lei n. 8.666/93.

**II** - A contratada enviará comunicação à Comissão de Fiscalização, a qual deverá estar acompanhada da seguinte documentação:

a) Projetos *as built*, de todos os projetos alterados, memoriais, condições de garantia dos serviços/equipamentos, marca/modelo e **manuals de uso** das instalações e equipamentos;

b) Resultados dos testes e ensaios realizados na terraplanagem, drenagem e pavimentação - previstos nos itens 03.01 - Serviços Técnicos e de Apoio, previstos no Anexo II - Planilha Orçamentária - [1003641](#);

c) Condições gerais para a garantia quinquenal da obra.

d) Apresentar relatórios que comprovem o atendimento às exigências relativas à execução da obra (obrigações do construtor) em conformidade com o **OPR (Certificação LEED Silver)**.

**III** - Em caso de haver pendências nos serviços e nos equipamentos, serão adotadas as seguintes providências:

a) eventualmente constatado que os serviços não foram finalizados ou a existência de parcelas ainda não executadas e/ou fornecidas, a comunicação de conclusão dos serviços pelo contratante não





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

será reconhecida, implicando na caracterização de atraso do cronograma, caso ultrapassado o prazo de execução previsto no contrato;

b) a Comissão examinará o trabalho executado, verificando o fiel cumprimento das leis, das cláusulas do contrato e seus anexos, do projeto básico e especificações técnicas, e fará constar do termo de recebimento provisório todas as deficiências encontradas, que a contratada deverá sanar em prazo determinado pela Comissão, observado o disposto no art. 69 da Lei n. 8.666/93;

c) constatada, durante a vistoria para o recebimento provisório, defeitos ou incorreções nos serviços executados, a Comissão fará constar do TRP, a lista de pendências concedendo-se prazo compatível e razoável ao contratado para, às suas expensas, reparar, corrigir, remover ou substituir, no total ou em parte o objeto do contrato, com vistas ao atendimento das exigências listadas no TRP;

d) concluídos os trabalhos de execução dos serviços relativos às pendências listadas no TRP, o contratado deverá, dentro do prazo fixado no TRP, comunicar por escrito a finalização das tarefas à Comissão e solicitar a realização de nova vistoria;

e) constatada na nova vistoria:

*e.1) que as pendências apontadas pela Comissão não foram sanadas ou novas pendência, caracterizar-se-á atraso da obrigação a partir da data concedida para a solução das pendências;*

*e.2) a conclusão regular de todos os serviços listados nas pendências e nenhuma outra, a Comissão emitirá comunicará ao contratado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, para que tome as providencias necessárias ao recebimento definitivo;*

### **10.10.2. DO RECEBIMENTO DEFINITIVO:**

**I** - Será expedido termo de **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO - TRD** pela Comissão de Fiscalização da Obra, no prazo de até 90 (noventa), após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei n. 8.666/93.

**II** - A obra somente será considerada concluída e em condições de ser recebida, após cumpridas todas as obrigações assumidas



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pelo contratado e atestada sua conclusão, mediante o TRD emitido pela Comissão;

**III** - O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados durante o período de garantia contratual ou da garantia legal prevista no art 618 do Código Civil, veja-se:

*Art. 618. Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.*

### **10.11. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS:**

#### **10.11.1. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

**I** - Expedir a Ordem de Execução dos Serviços - OES, **no prazo de até 05 (cinco) dias úteis**, após a assinatura do contrato, desde que a contratada apresente as comprovações exigidas pelo item 10.2.2. deste projeto básico;

**II** - Reunir-se com o Contratado para deliberações e alinhamentos de assuntos relacionados a perfeita execução dos serviços;

**III** - Orientar o contratado acerca da correta execução dos serviços contratados e autorizar o acesso de seu pessoal aos locais de trabalho;

**IV** - Dar conhecimento ao contratado acerca das normas estabelecidas para carga e descarga de materiais, horário de trabalho e demais condições exigidas;

**V** - Oferecer todas as informações e esclarecimentos necessários para que o Contratado possa executar os serviços dentro das especificações;

**V** - Manter atualizados os registros de serviços que tenham sido realizados pelo contratado;

**VI** - Acompanhar e fiscalizar o andamento da obra, por intermédio de Comissão para tanto formalmente designada, que deverá, ainda, atestar as faturas;

**VII** - Manifestar-se sobre a medição dos serviços executados pelo contratado;

**IX** - Autorizar quaisquer serviços pertinentes à obra, decorrentes de imprevistos durante a sua execução, mediante orçamento



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

detalhado e previamente submetido ao TRE-RO e aprovado pela Administração, desde que comprovada a necessidade deles;

**X** - Rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as orientações passadas pelo Contratante ou com as especificações deste projeto básico e seus anexos;

**XI** - Solicitar que seja refeito o serviço recusado, de acordo com as especificações técnicas definidas neste projeto básico e seus anexos;

**XII** - Receber, de forma provisória e definitiva, os serviços que atendam aos critérios estabelecidos neste projeto básico e seus anexos;

**XIII** - Realizar o pagamento ao contratado, depois de verificada a regularidade da nota fiscal/fatura de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos neste projeto básico e seus anexos;

**XIV** - Notificar por escrito o contratado a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

**XV** - Ceder ao contratado, se necessário, espaço para a execução dos serviços, ficando o contratado responsável por seu zelo e posterior desocupação, nas mesmas condições que lhe foi cedido;

**XVI** - Notificar por escrito o contratado acerca de eventual conduta inconveniente de seus empregados quando da execução dos serviços ou na ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

**XVII** - Quando for o caso, informar ao contratado e oficiar a vara de execuções penais sobre qualquer incidente ou prática de infração por parte dos empregados, para que adotem as providências cabíveis à luz da legislação penal;

**XVIII** - Notificar o contratado em razão de qualquer descumprimento das obrigações assumidas neste contrato, alertando sobre as sanções penais que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;

**XIX** - Aplicar sanções administrativas na forma definida neste projeto básico;

**XX** - Exercer quaisquer outras atribuições derivadas das leis e dos regulamentos e, bem como, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o interesse da Administração Pública o exigir.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**10.12.2. REGRAS APLICÁVEIS AOS PAGAMENTOS:**

**I** - Será observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93;

**II** - Os pagamentos serão realizados nas seguintes condições:

a) mensalmente, através de medição apresentada pelo contratado e atestada pela comissão de fiscalização do contratante, na forma prevista no item 2.3.2.2.

**III** - Desobriga-se o contratante a realizar o pagamento da fatura/nota fiscal desprovida de atestação da execução regular dos serviços medidos pela Comissão de Fiscalização do contrato e emissão de nota técnica pela Comissão Gestão do contrato, ou apresentada em desacordo com os valores constantes de sua proposta de preços, ou que contenham rasuras ou erros materiais;

**IV** - O contratado deverá apresentar junto com a Nota Fiscal dos serviços, os seguintes documentos:

a) demonstração da regularidade com os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça;

*a.1) em qualquer caso, na hipótese de comprovação de irregularidades impeditivas à contratação, a contratada deverá regularizar a situação em até 05 (cinco) dias. Enquanto correr o prazo, sem a apresentação da regularidade pendente, o pagamento ficará sobrestado;*

*a.2) extinto o prazo sem a devida comprovação de regularidade, a nota fiscal será enviada para pagamento com a retenção preventiva do valor relativo a possível aplicação de penalidade de multa.*

b) cópia digitalizada das folhas do Livro Diário referente ao período, devidamente atestadas pela Comissão de fiscalização;

*b.1) a não apresentação desse documento ocasionará a retenção do pagamento da medição, ficando a liberação do pagamento condicionado ao saneamento da referida pendência;*



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**V** - O pagamento da primeira fatura/nota fiscal somente poderá ocorrer após a comprovação do cumprimento das obrigações previstas nos incisos II e IV desta seção e ainda mediante apresentação dos seguintes documentos:

- a) Registro da obra no CREA/RO;
- b) Matrícula da obra no no Cadastro Nacional de Obras - CNO; e
- c) Relação dos Empregados - RE.

**VI** - Nenhum pagamento será realizado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira imposta à contratada em virtude de penalidades ou inadimplências sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços.

a) O contratante poderá deduzir da importância a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela contratada em decorrência direta ou indireta da execução do contrato.

**VII** - Ocorrendo reajuste, revisão ou reequilíbrio dos preços contratados de serviços medidos e ainda não quitados, far-se-á o pagamento por meio de duas faturas, sendo uma principal correspondente aos serviços com os preços não reajustados e outra suplementar como os valores decorrentes do reajustamento aplicado;

**VIII** - Salvo razões justificadas, será realizado 01 (um) pagamento a cada 30 (trinta) dias, referente aos **serviços já concluídos**;

a) consideram-se serviços concluídos aqueles itens que compõem as etapas mensais que já foram executados.

b) entende-se por custo a cotação de preço apresentada pela contratada na concorrência menos o BDI contratual;

*b.1) o BDI relativo aos materiais e equipamentos, a parcela dos serviços relativos à mão-de-obra e seu respectivo BDI, serão pagos após a efetiva e completa aplicação dos materiais e instalação dos equipamentos.*

c) o pagamento será realizado após a aprovação dos serviços executados pela Comissão de Fiscalização do contrato;

d) os serviços não executados, ou executados em desconformidade, serão glosados até que sejam efetivamente realizados.

*d.1) O contratante União reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os serviços executados,*



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*os equipamentos ou os materiais fornecidos não estiverem em perfeitas condições de funcionamento ou de acordo com as especificações apresentadas e aceitas;*

**IX - O** pagamento será realizado mediante ordem bancária ou por OBPIX, por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota fiscal/fatura e demais documentos exigidos nesta seção e a devida atestação da Comissão de Fiscalização e emissão de nota técnica pela Comissão de Gestão do contrato, **aplicadas as retenções legais**, inclusive quanto à legislação municipal do imposto sobre serviços.

a) para o pagamento por meio de OBPIX serão aceitas chaves PIX nos formatos CPF/CNPJ, email, número de celular ou chave aleatória.

b) poderá ainda o pagamento via OBPIX utilizar apenas o domicílio bancário (banco, agência e n. de conta), desde que haja chave PIX cadastrada para o domicílio bancário, exigindo-se, contudo, que a contratada informe tratar-se de conta corrente ou conta poupança.

c) o pagamento via OBPIX não será realizado caso apresentado apenas imagem de QR-Code.

**X -** Pelos eventuais atrasos dos pagamentos, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$M = I \times N \times VP$	<p>Onde:</p> <p>EM = Encargos moratórios;</p> <p>N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;</p> <p>VP = Valor da parcela a ser paga.</p> <p>I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:</p> <p><math>I = ((TX)/365)</math> <math>I = ((6/100)/365)</math> <math>I = 0,00016438</math></p> <p>TX = Percentual da taxa anual = 6%.</p>
----------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

a) a eventual compensação financeira anteriormente mencionada será incluída em nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

b) na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, o processo deve ser instruído com as justificativas e motivos e será submetido à apreciação da autoridade superior competente,





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

que decidirá acerca da eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

### **10.12.3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**I** - Executar o objeto deste projeto básico e seus anexos nas condições, preços e prazos definidos no edital da obra, na sua proposta comercial e no instrumento contratual;

**II** - Responsabilizar-se por todas as despesas trabalhistas decorrentes da execução da obra, tais como:

- a) salários;
- b) seguros de acidente;
- c) taxas, impostos e contribuições;
- d) depósitos do FGTS;
- e) indenizações;
- f) vales-refeição;
- g) vales-transporte; e
- h) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo sistema normativo.

**III** - Manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinares do contratante, sem que isso configure qualquer vínculo empregatício com o TRE-RO;

**IV** - Manter os seus empregados identificados, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares do Contratante e também informar à Comissão de Fiscalização, para efeito de controle de acesso às suas dependências, o nome, os respectivos números da carteira de identidade e da matrícula de todos os empregados a serem alocados na prestação dos serviços, inclusive daqueles designados pelo contratado para exercer atribuições de supervisão, coordenação e controle operacional em relação ao contingente alocado na obra;

**V** - Responder pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução da obra, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Comissão de Fiscalização do contrato;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**VI** - Responder, também, por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Contratante, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados ou quaisquer agentes em seu nome, durante a execução da obra;

**VII** - Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados ou quaisquer agentes em seu nome na obra do Contratante;

**VIII** - Assumir inteira e total responsabilidade pela execução da obra, pela resistência, estanqueidade e estabilidade de todas as estruturas que executar;

**IX** - Verificar e comparar todos os desenhos fornecidos para execução dos serviços:

a) no caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem, ainda, transgressões às normas técnicas, regulamentos ou posturas, caberá à contratada formular imediata comunicação escrita ao Contratante, de forma a evitar empecilhos ao perfeito desenvolvimento da obra.

**X** - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços executados na obra em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais utilizados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da ciência pela contratada, ou no prazo para tanto estabelecido pela Comissão de fiscalização;

**XI** - Providenciar, por conta própria, toda a sinalização necessária à execução da obra, no sentido de evitar qualquer tipo de acidente;

**XII** - Fornecer instalações adequadas para a fiscalização da obra;

**XIII** - Instalar uma placa de identificação da obra com os dados necessários e na forma da legislação pertinente;

**XIV - Elaborar e dar cumprimento ao Projeto de Gerenciamento de Resíduo de Construção Civil - PGRCC**, nas condições determinadas pelo o art. 20 da Política Nacional de Resíduos Sólidos - Lei n. 12.305/10 e pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, por meio da Resolução n. 307/2002, que deverá ser estruturado em conformidade com o modelo especificado pelos órgãos competentes;

a) a contratada deverá observar, ainda, o descarte ou reutilização dos resíduos sólidos de acordo com a legislação do Município



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de **Porto Velho**, que por meio da Portaria Conjunta SEMA/SEMUSB n. 30 de 17/05/2016, publicada no Diário Oficial do Município de Porto Velho, de 17/05/2016, estabeleceu diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, no âmbito de sua circunscrição;

**XV** - Cumprir de forma rigorosa todos as demais regras e exigências de sustentabilidade definidas neste projeto básico;

**XVI** - Prestar garantia, em relação aos serviços, na forma definida neste projeto básico e nos termos do § 1º do art. 56 da Lei n. 8.666/93;

**XVII** - Contratar e manter durante toda a execução contratual os seguintes seguros, encaminhando cópia ao contratante das respectivas apólices e eventuais alterações ou substituições:

a) seguro contra riscos de engenharia e responsabilidade civil profissional, com as coberturas exigidas neste projeto básico;

b) seguro coletivo contra acidentes de trabalho, correndo a sua conta as despesas não cobertas pela respectiva apólice, **sem prejuízo do seguro obrigatório contra acidentes de trabalho** previsto no art. 7º, XXVIII, da Constituição Federal e regulado pelas Leis n. 8.212, de 24/07/1991 e n. 8.213, de 24/07/1991;

c) outros exigidos pela legislação aplicável.

**XVIII** - Submeter à aprovação do contratante, antes do início dos trabalhos, a relação nominal de seu pessoal técnico envolvido com a execução da obra;

**XIX** - Permitir aos técnicos da área de engenharia do Tribunal contratante e àqueles a quem o Tribunal formalmente indicar o acesso às suas instalações e a todos os locais onde estiverem sendo estocados materiais relacionados ao objeto;

**XX** - Manter Livro Diário de Obra **on line** atualizado e à disposição da Comissão de fiscalização, sob pena de aplicações de sanções previstas neste projeto básico, contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

a) identificação da empresa;

b) identificação da obra;

c) condições climáticas;

d) pessoal;

d) rotinas de serviços executados;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e) outras ocorrências e observações;

f) assinatura do ART/RRT/TRT responsável.

g) ao final da obra, o livro-Diário será de propriedade da Administração do TRE-RO.

**XXI** - Comunicar à Comissão de fiscalização do contrato, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

**XXII** - Responsabilizar-se pela construção, operação, manutenção e segurança do canteiro de obras, vigilância, organização e inclusive a **prevenção de incêndio**, bem como outras construções provisórias necessárias, conforme previsto nas especificações técnicas que constam dos anexos deste projeto básico;

**XXIII** - Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da rejeição de equipamentos, materiais e serviços pela Comissão fiscalizadora e pelos atrasos acarretados por esta rejeição;

**XXIV** - Responsabilizar-se por todo transporte necessário à prestação dos serviços contratados, bem como por ensaios, testes ou provas necessários, inclusive os mal executados;

**XXV** - Providenciar, às suas expensas, atestado de similaridade de desempenho dos materiais apresentados, com as instituições ou fundações capacitadas para este fim, quando do uso de similar ao descrito nas especificações técnicas, sempre que a comissão de fiscalização do contrato julgar necessário;

**XXVI** - Providenciar, após a assinatura do contrato, a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART no CREA da região onde os serviços serão realizados, entregando uma via à comissão de fiscalização do contrato;

**XXVII** - Exigir de seus subcontratados, se for o caso, cópia da ART dos serviços a serem realizados, apresentando-a à comissão de fiscalização do contrato, quando solicitado;

**XXVIII** - Responsabilizar-se pela perfeita execução e completo acabamento dos serviços contratados, obrigando-se a prestar assistência técnica e administrativa necessária para assegurar andamento conveniente dos trabalhos;

**XXIX** - Submeter à aprovação da Comissão fiscalizadora, os nomes e os dados demonstrativos da respectiva capacidade técnica do



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

responsável técnico que, porventura, venha a substituir o originalmente indicado;

**XXX** - Submeter à Comissão fiscalizadora as amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes da sua execução;

**XXXI** - Garantir, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, todos os serviços executados, contados a partir da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, conforme artigo 618 do Código Civil Brasileiro;

**XXXII** - Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do Contratante, acréscimos ou supressões do objeto nos limites estabelecidos da modalidade de contratação, na forma do artigo 65, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93. Os limites de alteração ao contrato serão considerados de forma isolada, ou seja, tomando-se o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos, sempre calculados sobre o valor original do contrato, sem que haja compensação entre eles, salvo nas situações permissivas do Acórdão TCU n. 66/2021– Plenário;

**XXXIII** - Comunicar por escrito e imediatamente ao contratante a ocorrência de contratação de empregados ou a admissão em seu quadro societário de pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE;

**XXXIV** - Manter-se, durante toda a execução da obra, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital da Concorrência;

**XXXV** - Cumprir todas as demais normas de âmbito federal, estadual e municipal aplicáveis direta ou indiretamente aos serviços que serão executados, independentemente de estarem referidas expressamente neste projeto básico, no edital ou no contrato.

**XXXVI** - O Cronograma Físico-Financeiro apresentado pela contratada e aprovado pela Comissão de Fiscalização servirá como base, também, para o acompanhamento da evolução dos serviços e eventual indicativo de atraso, passível de sanções; Portanto, este Cronograma deverá conter todos os itens da planilha orçamentária.

**XXXVII** - Além do Cronograma Físico-Financeiro, a contratada deverá apresentar Cronograma de GANTTI, com vínculos e separação de serviços por etapas. Este Cronograma deverá ser apresentado em até 15 (quinze) dias, contado do recebimento da Ordem de Serviço.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**XXXIII** - A contratada deverá efetuar seu próprio planejamento, levando em conta a produtividade de seus máquinas, equipamentos e mão-de-obra sem, contudo, exceder o prazo aqui estipulado. Para o cumprimento do prazo de obra, tal planejamento deve incluir Plano de Ataque, maquinaria a ser utilizada, plano de intervenção nas áreas do complexo, horários estendidos de trabalho, horas especiais de recebimento de material, horário de entrada, saída de veículos, trabalhos noturnos e etc.

**XXXIX** - A contratada deverá arcar com todos os custos inerentes a este planejamento, inclusive horas extras. Caso haja qualquer alteração de cronograma, durante a execução do contrato, a contratada deverá entregar Cronograma Físico-Financeiro atualizado em até 5 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do aditivo.

### **10.12.3.1. CABERÁ AINDA À CONTRATADA, COMO PARTE DE SUAS OBRIGAÇÕES:**

**I** - Realizar o registro do Contrato no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA/RO, cumprindo-se o disposto da Lei n. 6.496/1977;

**II** - Indenizar ou restaurar os danos causados às vias ou logradouros públicos;

**III** - Remanejar quaisquer redes ou empecilhos, porventura existentes no local da obra; e

**IV** - Cumprir cada uma das normas regulamentadoras sobre Medicina e Segurança do Trabalho.

### **10.12.3.2. DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS**

**I** - Caberá, ainda, ao contratado:

a) manter vínculo empregatício com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes;

b) assumir total responsabilidade pelo controle de frequência, disciplina e pelo cumprimento de todas as normas de saúde pública e regulamentadoras do trabalho (NR), assim como pelo cumprimento de todas as demais obrigações atinentes ao contrato;





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia;

d) assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento e do desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências do terreno da obra do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia;

e) assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas aos serviços objeto deste projeto básico e do contrato, originariamente ou vinculados por prevenção, conexão ou contingência; e

f) assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto estabelecido neste projeto básico;

g) apresentar a devida comprovação fiscal/previdenciária e demais declarações das empresas subcontratadas, desde que devidamente autorizadas por este Tribunal;

**II** - A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos nesta seção, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, nem poderá onerar o objeto do contrato, razão pela qual o contratado renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

### **10.12.3.3. DAS OBRIGAÇÕES GERAIS:**

Deverá a licitante vencedora observar o seguinte:

**I** - É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia durante a vigência do contrato;

**II** - É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia; e



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**III** - É vedada a subcontratação total dos serviços objeto deste projeto básico;

**IV** - A subcontratação parcial dos serviços somente será admitida nas condições previstas neste projeto básico e previamente autorizada pela Administração do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

### **11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1** As sanções relacionadas ao procedimento da licitação constarão no edital do certame.

**11.2** Pela inexecução total ou parcial dos serviços previstos no contrato, pela execução desses serviços em desacordo com o estabelecido no contrato e/ou pelo descumprimento das obrigações contratuais, o contratante poderá, garantida a prévia defesa, e observada a gravidade da ocorrência, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a contratante;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**11.2.1** Poderá ser aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:

I - Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, e nas situações que ameacem a qualidade do produto ou serviço, ou a integridade patrimonial ou humana, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II - Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

III - Na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados na tabela que conata nesta seção desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

**11.2.2** Poderá ser aplicada **multa** nas seguintes condições:



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - No caso de atraso injustificado na execução do objeto, caracterizado em qualquer medição, pela execução superior a 50% (cinquenta por cento) e inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor acumulado previsto para etapas ou subetapas do Cronograma Físico-Financeiro Executivo, poderá ser aplicada multa no valor definido na seguinte equação:

$$\text{Multa} = (2\% \text{ do VPCA}) \times (1 - \text{VMA/VPCA}).$$

Em que

VMA é o valor total medido para etapas ou subetapas, acumulado até o momento da apuração e

VPCA é o valor total previsto para etapas ou subetapas, no Cronograma Físico-Financeiro Executivo para execução, acumulado até o momento da apuração.

II - No caso de atraso injustificado na execução do objeto, caracterizado em qualquer medição, pela execução inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor acumulado previsto para etapas ou subetapas do Cronograma Físico-Financeiro Executivo, poderá ser aplicada multa no valor definido na seguinte equação:

$$\text{Multa} = (5\% \text{ do VPCA}) \times (1 - \text{VMA/VPCA}).$$

Em que

VMA é o valor total medido para etapas ou subetapas, acumulado até o momento da apuração e

VPCA é o valor total previsto para etapas ou subetapas, no Cronograma Físico-Financeiro Executivo para execução, acumulado até o momento da apuração.

III - A aplicação das multas por atraso injustificado será avaliada, em cada medição, dando oportunidade para que a CONTRATADA recupere-se de eventuais retardamentos decorrentes de dificuldades pontuais, ressalvados os atrasos ocorridos no caminho crítico do Cronograma Físico-Financeiro Executivo.

IV - No caso de atraso injustificado na conclusão do objeto, será aplicada multa de 0,05% do valor total do contrato por dia de atraso na entrega do objeto, de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro Executivo apresentado pela CONTRATADA e aprovado pela FISCALIZAÇÃO, até o limite de 60 (sessenta) dias, a partir de quando será considerada inexecução parcial do objeto.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

V - No caso de **inexecução parcial** do objeto, será aplicada multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato. Será configurada a inexecução parcial do objeto quando o atraso injustificado na conclusão do objeto ultrapassar o prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

VI - No caso de **inexecução total**, será aplicada multa de 10% do valor total do contrato. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços superior a 30 (trinta) dias **após a data limite de início determinada na ordem de serviço.**

VII - Poderão, ainda, cumulativamente, serem aplicadas multas, conforme graus e eventos descritos nas Tabelas adiante:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	0,2% por dia sobre o valor do item de serviço da planilha orçamentária ou, não havendo, do valor do contrato
02	0,3% por dia sobre o valor do item de serviço da planilha orçamentária ou, não havendo, do valor do contrato
03	0,3% por dia sobre o valor do item de serviço da planilha orçamentária ou, não havendo, do valor do contrato

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
01	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais	03
02	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais	02
03	Manter trabalhador sem qualificação exigida para executar os serviços contratados, ou deixar de	01



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	substituir trabalhador quando exigido pela Comissão de fiscalização, por trabalhador;	
04	Permitir a execução de serviços sem utilização de EPI/EPC ou a presença de trabalhador fora dos locais em que estão realizados os serviços, por trabalhador	01
05	Recusar-se a executar ou corrigir serviço determinado pela fiscalização, por serviço;	02
06	Deixar de zelar pelas instalações do TRE-RO ou de terceiros	01
07	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução da Comissão de fiscalização, por ocorrência	02
08	Deixar de cumprir quaisquer dos itens deste projeto básico, do edital e de seus anexos e do contato não previstos nesta tabela de multas - ou nas regras específicas desses documentos - por item e por ocorrência	01

VIII - Quando o somatório das multas aplicadas com base nas tabelas alcançar o percentual de 3% (três por cento) sobre o valor total do contrato, o contratante poderá declarar a inexecução parcial do contrato.

IX - Quando o somatório das multas aplicadas com base nas tabelas alcançar o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, o contratante poderá declarar a inexecução total do contrato.

X - No caso de rescisão unilateral por parte do contratante, em razão de responsabilidade da contratada, será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

**11.2.3. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o contratante:**

I - A sanção de suspensão do direito de licitar e de contratar com o contratante, de que trata o inciso III do art. 87 da Lei n. 8.666/93, poderá ser aplicada à contratada pelas condutas de inexecução parcial ou total das obrigações que acarretam prejuízos relevantes aos serviços da Administração, inviabilizando total ou parcialmente a execução do contrato



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e/ou em face da reiteração das condutas puníveis com a penalidade de multa, por até 2 (dois) anos.

### **11.2.4. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública:**

I - A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93, será aplicada, dentre outros casos, quando:

a) nas condutas de inexecução parcial ou total das obrigações que acarretam prejuízos relevantes aos serviços da Administração, inviabilizando a execução do contrato em decorrência de conduta dolosa do contratado;

b) tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos relacionados à obra;

c) demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados;

d) Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do contrato, sem consentimento prévio da Administração;

e) Ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei n. 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento da Administração após a assinatura do contrato;

f) Apresentação, à Administração, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;

g) Inexecução total do objeto.

**11.3** Além dos outros descumprimentos passíveis de sanções, a recusa injustificada da contratada em reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, no todo ou em parte, os serviços em que se verifiquem imperfeições, vícios ou incorreções, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, por sua gravidade, caracteriza a inexecução parcial ou total do contrato com aplicação das penalidades previstas no neste capítulo.

**11.4** Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Projeto Básico como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.

**11.5.** O contratante poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pelo contratado, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem o recebimento efetivo dos serviços prestados e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário**).

**11.6** A multa eventualmente imposta ao contratado será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário**).

**11.7** Quando o valor do pagamento a que fizer jus o contratado não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei n. 6.830/80**).

**11.8** As multas não eximem o contratado da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

**11.9.** O procedimento para aplicação de sanções ao contratado observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na **Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008**, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. O CONTRATADA será cientificada das eventuais alterações dessa norma.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

## **12. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**12.1.** A gestão e a fiscalização do contrato será realizada por comissões especialmente designadas pela Administração do Tribunal Regional Eleitoral para essas tarefas, de acordo com o § 2º do art. 22 da IN TRE-RO n. 004/2008.

**12.2.** A execução da obra será acompanhada e fiscalizada pela Comissão de Fiscalização para tanto instituída, permitida a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição, devendo:

**I** - Promover as avaliações das etapas executadas, observado o disposto no Cronograma Físico-Financeiro; e

**II** - Atestar os documentos referentes à conclusão de cada etapa, nos termos contratados, para efeito de pagamento.

**12.3.** Além do acompanhamento e da fiscalização dos serviços, a Comissão de Gestão ou de fiscalização poderá, ainda, sustar qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.

**12.4.** A Comissão de fiscalização anotará em Diário de Obra, a ser fornecido pela contratada, todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**12.5.** As decisões e providências que ultrapassarem a competência das comissões e gestão e fiscalização, definidas na IN TRE-RO n. 004/2008, deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas cabíveis.

**12.6.** A fiscalização de que trata este capítulo não exclui ou reduz a responsabilidade do contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e sua ocorrência não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n. 8.666, de 1993.

## **13. ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**13.1.** As dúvidas, quanto aos conteúdos e especificações contidos neste Projeto Básico serão esclarecidas pelos servidores da Assessoria de Engenharia - ASSENGE, Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União, Porto Velho/RO, ou através dos telefones (69) 3211-2267/2028/2119/2072, ou ainda, pelo e-mail [assenge@tre-ro.jus.br](mailto:assenge@tre-ro.jus.br).

## **14. DAS NORMAS TÉCNICAS**

### **14.1. DAS NORMAS TÉCNICAS:**

**I** - Os materiais empregados e os serviços executados, deverão obedecer a todas as normas atinentes ao objeto da demanda, existentes ou que venham a ser editadas;

**II** - Deverá observar, não exaustivamente, mas em especial:

a) Normas da ABNT específicas que regulem os serviços descritos neste Projeto Básico e seus Anexos;

b) ABNT NBR 7678 (Segurança na execução de obras e serviços de construção);

c) Recomendações do "Manual de Obras Públicas - Edificações - Construções" do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

d) Recomendações do manual "Obras Públicas - Recomendações Básicas para a Contratação e Fiscalização de Obras de Edificações Públicas" do Tribunal de Contas da União;

e) Orientações Técnicas sobre "Obra e Serviço de Engenharia" do IBRAOP;

f) recomendações do CBCS (Conselho Brasileiro de Construção Sustentável);

g) recomendações atualizadas do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União;

h) recomendações e instruções dos fabricantes;

i) normas das Concessionárias Locais de serviços públicos;

j) legislação de acessibilidade (NBR 9050) e as pertinentes ao fim a que se destina a manutenção;

k) regulamento do [Corpo de Bombeiros](#) do Estado de Rondônia;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

l) Código de postura e normativas para as edificações em geral da Prefeitura do município de Porto Velho;

m) legislação de sustentabilidade referida neste projeto básico.

**III** - O contratado deverá, regularmente, verificar, e adotar, se for o caso, as atualizações da legislação vigente, dos normativos da ABNT, orientações de organismos técnicos e eventuais novas regulamentações.

**IV** - A indicação das normas referidas neste projeto básico não excluem outras que se relacionem direta ou indiretamente como a execução de seu objeto.

## **15. ANEXOS**

**15.1.** Complementa este projeto básico o Mapa de Gestão de Riscos da obra ().

**15.2.** Compõem este Projeto Básico os seguintes anexos:

Estudo Técnico Preliminar - ETP ([1003890](#))

Anexo I - Projetos Executivos ([1003635](#));

Anexo II - Planilhas Orçamentárias ([1003641](#));

Anexo III - Memorial Descritivo do Orçamento ([1003642](#));

Anexo IV - Cronograma Físico-Financeiro ([1003644](#));

Anexo V - Modelo de Indicação e Aceitação de Responsabilidade Técnica ([1003646](#));

Anexo VI - Modelo de Proposta ([1003647](#));

Anexo VII - Cobertura mínimas da apólice de seguro risco de engenharia e responsabilidade civil profissional ([1010052](#));

Anexo VIII - Declaração de Disponibilidade ([1003649](#));

Anexo IX - Informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação ([1003651](#));

Anexo XII - Mapa de Gestão de Riscos ([1010054](#));



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **16. RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO**

**16.1.** As especificações técnicas do objeto, integrado pelos projetos que compõem este documento são da responsabilidade das seguintes empresas:

I - FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA. - CNPJ n. 01.693.698/0001-30, quanto à elaboração de todos os projetos e planilhas orçamentárias;

II - EACE - Engenheiros Associados Consultores em Engenharia Ltda. - CNPJ sob o n. 15.110.739/0001-23, responsável pelos serviços de apoio à fiscalização dos projetos, inclusive opinando por ajustes e aceitação dos projetos;

**16.2.** Aspectos técnicos de engenharia direta ou indiretamente relacionados ao objeto: servidores André Pimentel e Antônio Roberto dos Santos Ferreira, integrantes da Comissão Especial de Planejamento da Contratação para a construção do novo Prédio Sede deste Tribunal Regional Eleitoral, designada pela Portaria GAB-DG n. 246, de 19/8/2022 ([0881698](#)), publicada no DJe n. 167, de 24 de agosto de 2022.

**16.3.** Demais elementos do projeto básico: Demais integrantes da Comissão Especial de Planejamento da Contratação, com consultoria do servidor Jamil Januário, Assessor Jurídico da SAOFC.

**16.4.** Revisão final: Comissão Especial de Planejamento da Contratação.



---

Documento assinado eletronicamente por **ANTÔNIO ROBERTO DOS SANTOS FERREIRA, Assessor(a) Chefe**, em 23/05/2023, às 17:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



---

Documento assinado eletronicamente por **LEISSON DE SOUSA CASTRO, Técnico Judiciário**, em 23/05/2023, às 17:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



---

Documento assinado eletronicamente por **Vinicius Brito dos Santos, Assessor(a)**, em 23/05/2023, às 18:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **FILIPTE TEIXEIRA, Técnico Judiciário**, em 25/05/2023, às 11:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1013342** e o código CRC **6F90E92D**.